

# **A pandemia e o jornalismo de checagem Casos Lupa (Brasil) e Polígrafo (Portugal)**

**Versão final após defesa**

**Fátima Regina de Oliveira Borges**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Jornalismo**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor João Carlos Correia

**Outubro de 2021**

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a Teresa de Jesus dos Prazeres Rodrigues, que me direcionou nesse caminho. E Filipa Rodrigues Rebelo que me sustentou nessa caminhada.

## Resumo

A disseminação de *fake news* tem atingido diferentes camadas da sociedade e encontrou nas redes sociais um potencializador. Essa realidade foi verificada na pandemia causada pelo vírus da Covid-19. O aparecimento do vírus provocou um aumento no número de informações falsas no Facebook, Twitter, Instagram e *Whatsapp*. A maioria dos países puderam sentir a interferência dessas falsas informações nos seus programas de controle da doença e do vírus.

Em países como o Brasil, governos populistas e negacionistas aproveitaram para atuar diretamente em grupos de apoio, tornando ainda mais difícil o controle da pandemia em algumas regiões. Governos desse tipo apostam desde o início na desinformação e na minimização da doença, via notícias falsas ou duvidosas. Ao mesmo tempo, surgem instrumentos verificadores que desmentem essas informações, como as agências de *fact-checking*.

Diante desse quadro, esta pesquisa procura mostrar, como essas notícias falsas são controladas ou desmentidas nesses dois países. Para isso, tomaram-se a agência de *fact-checking*, Lupa (Brasil) e o Jornal Polígrafo (Portugal). A intenção era mostrar de que forma esses dois canais minimizaram os estragos da disseminação das informações distorcidas.

## Palavras-chave

*Fake news*; *fact-checking*; jornalismo de verificação; redes sociais

## **Abstract**

The dissemination of fake news has different levels of society and found in social networks a great potentializer. This phenomenon was seen in the Covid-19 virus pandemic. The appearance of the virus caused an increase in the number of false information on Facebook, Twitter, Instagram and Whatsapp. Most countries could feel an interference of this false information in their programs to control the disease and the virus.

In countries like Brazil, populist and denial governments took the opportunity to work directly with support groups, making it even more difficult to control the pandemic in some regions. Governments of this type have bet from the beginning on misinformation and on minimizing the disease, via false or doubtful news. At the same time, there are verifier instruments that disprove this information, such as fact-checking agencies.

This research seeks to show, somehow, how these false news are being controlled or denied in these two countries. For this, the fact-checking agencies, Lupa (Brazil) and Poligrafo (Portugal), were taken on. The intention was to show how these two agencies tried, in some way, to minimize the damage caused by the dissemination of false information.

## **Keywords**

Fake news; fact-checking; verification journalism; social medias

# Índice

Introdução	07
1. Fake news e desinformação	08
1.1 Gripe espanhola e peste negra	08
1.2 Brexit, eleições e política	09
1.3 Desinformação e pós-verdade	10
1.4 Fontes e arquitetura da informação	12
1.5 Como funcionam as fake news	12
1.6 Fake news, jornalismo e fake histories	14
2. Fact-checking e o fato	16
2.1 A mentira e o jornalismo	18
2.2 As rotinas jornalísticas e a relação com as fakes news	21
3. Fake news, fact cheking e o universo político	23
3.1 A virulização do ódio	25
4. A pandemia e os media	27
4.1 Certificação de fatos	29
5. Agência Lupa	31
5.1 Metodologia da Lupa	32
5.2 Lupa e educação	33
5.3 H1N1 teria matado mais gente do que a Covid-19	34
5.4 Imagem de homem tentando reanimar avó que morreu de Covid	36
5.5 Câmara teria aprovado lei de uso de máscara dentro de casa	38
5.6 OMS teria concluído que pacientes assintomáticos não transmitem Covid	40
5.7 Miracatu desceu a zero fila de leitos da UTI com tratamento precoce	41
5.8 “Estudo” não comprovou eficácia de 99% do tratamento precoce	43
5.9 Inglaterra vacinou quase 25% da população adulta e Brasil cerca de 7%	46
6. Polígrafo	47
6.1 O método do Polígrafo	48
6.2 A escala de avaliação	48
6.3 A política de correções	50
6.4 Estrutura acionista e financiamento	50

6.5 Vacinas contra a Covid-19 são “perigosa terapia genética experimental”	52
6.6 Ocupação de hospitais públicos foi menor durante a pandemia que 2019?	54
6.7 Diretor da Pfizer recursou-se a tomar vacina por ser saudável?	57
6.8 Pelo menos 30% dos vacinados “morrerão em três meses”?	60
6.9 Coordenador de vacinação disse que não toma vacina por ser perigosas	62
6.10 Zaragatoas estão contaminadas com “químico extremamente cancerígeno”?	64
6.11 Em Portugal “20% das vacinas vão para o lixo devido a falta de seringas adequadas?”	66
Conclusão	69
Bibliografia	72

## Introdução

Com o aumento das *fake news* diferentes camadas da sociedade foram atingidas, fato potencializado por meio das redes sociais. A maioria dos países pode sentir a interferência de tais informações nos seus programas de controle da doença e do vírus, como a manutenção do distanciamento social, utilização de máscaras e álcool gel e, mais recentemente, com as campanhas de vacinação.

Em alguns países, como o Brasil, governos populistas e negacionistas aproveitaram a onda de notícias falsas para atuarem diretamente em grupos de apoio, tornando ainda mais difícil o controle da pandemia em algumas regiões. O governo Bolsonaro apostou desde o início na desinformação e na minimização da doença, especialmente via notícias falsas ou duvidosas enviadas diretamente para seus seguidores, em grupos de *Whatsapp* ou nas redes sociais produzidas pelo chamado “gabinete do ódio” do governo brasileiro (um grupo formado por jornalistas, comunicadores e filhos do presidente Jair Bolsonaro).

Em Portugal, não foi diferente. Embora o governo tenha agido de forma comedida desde o princípio da pandemia, a co-adoção de programas de controle e conscientização da população e as notícias falsas não tardaram a penetrar nas redes sociais, divulgadas por grupos negacionistas ou conservadores de direita, com interesse direto no desgaste do governo socialista português.

Diante desse quadro, investiram nessa pesquisa como forma de mostrar como essas notícias falsas estão sendo controladas ou desmentidas nesses dois países. Para isso, tomaram-se as agências de *fact-checking*, Lupa (Brasil) e a Polígrafo (Portugal). A intenção era mostrar de que forma essas duas agências tentaram minimizar os estragos da disseminação das informações falsas.

# 1. *Fake news* e a desinformação

As mudanças culturais com a chegada da internet e o surgimento das redes sociais são os dois principais fatores que influenciaram o crescimento do fenômeno da desinformação<sup>i</sup> e da misinformação<sup>ii</sup> no panorama atual (Cazetta & Reis, 2019). Por outro lado, Canavilhas & Ferrari (2019) ponderam que a divulgação de notícias falsas não são frutos da tecnologia e nem nasceram com as redes sociais, de modo que a prática vem pelo menos desde a Idade Média. O historiador Robert Darnton, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, informa que pelo menos desde o século VI já eram divulgadas notícias falsas, tomado como exemplo o texto *Anekdotá*, do grego Procópio de Cesareia, que atribuiu, de forma mentirosa, crimes e adultérios ao imperador Justiniano e a outros romanos nobres da época (Cazetta & Reis, 2019).

O historiador francês de origem judaica, March Bloch (2011), assassinado pelos nazistas em 1944, nas décadas de 1920 e 1930 impulsionou a chamada Escola dos Anais, que mudou o foco da pesquisa do passado para a vida cotidiana a partir de um fenômeno pouco discutido à época: as notícias falsas. Isso o levou a refletir sobre sua origem e difusão, no texto “Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra” (1921), que poderia ter sido escrito nestes tempos das redes sociais e de mensagens virais.

## 1.1 A gripe espanhola e a peste negra

A gripe espanhola, uma pandemia do vírus influenza, contaminou o mundo entre 1918 e 1919. Ainda hoje não se sabe de onde o vírus surgiu, embora o nome dado nos remeta a pensar que ela teve origem na Espanha – mas a referência ao nome foi devido à forte divulgação da doença pela imprensa espanhola<sup>iii</sup> que vitimou entre 50 a 100 milhões da população mundial.

O historiador J. N. Hays (1998) credita a chegada da gripe espanhola ao Brasil, em 1918, pelos portos brasileiros através de um navio inglês. Em setembro do mesmo ano, as cidades de Recife, Salvador e Rio de Janeiro já estavam infetadas pelo vírus atingindo personalidades da época como o foi o caso de Rodrigo Alves, eleito presidente da República em 1918, mas que faleceu antes de assumir.

No início, a imprensa brasileira não deu muita importância para a gravidade da pandemia, mas à medida que a doença foi se espalhando, os desdobramentos do problema foram ganhando repercussão. A imprensa da época, ao contrário de investigar dados e informar a população sobre a pandemia, restringia-se a publicar receitas caseiras para combater a gripe (Santos, 2006)<sup>iv</sup>.

Entre as receitas caseiras para a cura da gripe estavam alimentos como caldo de galinha, ovos e limão, além de quinino – um alcalóide de gosto amargo com funções antitérmicas e que foi muito utilizado no combate à malária. Todos esses alimentos e produtos eram considerados milagrosos e

poderiam eliminar o vírus, era a aposta das notícias da época. Não havia comprovação das informações divulgadas. Verdadeiros ou não, esses boatos eram como se fossem realidade pelo impacto emocional que causavam e eram distribuídos pelo governo (Santos, 2006).

Essas crendices e curas milagrosas não foram exclusividade da gripe espanhola. A peste negra, que assolou a Europa dos séculos XIV a XVII também enfrentou o mesmo problema, segundo Santos (2006). Durante a peste surgiram explicações e teorias para a pandemia, como contaminação da água e do ar, castigo divino e até influência de planetas. Essas teorias contribuíam, e muito, para causar medo e pânico na população. Na época dos surtos epidêmicos na Europa, a maioria da população não sabia ler e a proliferação de boatos era realizada de forma verbal, espalhando as informações de forma imprecisa (Santos, 2006).

Além de características semelhantes na disseminação de boatos e notícias falsas, as pandemias também se assemelham em outros aspectos. Um deles é a forma com que determinados governos lidam com o problema ao longo da história. A negação, como ocorreu com a febre amarela, a atribuição de culpa a terceiros – apesar de muitas vezes a expansão da doença se deva às políticas sanitárias deficientes. Há também a aplicação do rótulo às doenças, como a sífilis, que era considerada “um mal francês”, mas para os espanhóis um “mal napolitano”, e o coronavírus, acusado de ser um “vírus chinês”<sup>v</sup>.

## 1.2 Brexit, eleições e política

É certo afirmar que um erro só se propaga e se amplifica, só ganha vida com uma condição: encontrar um caldo de cultivo favorável na sociedade onde se expande. É através desse tipo de conteúdo, real ou não, que as pessoas explicitam seus preconceitos e ódios, dando vazão às emoções resguardadas. Portanto, conteúdos falsos, resumidamente, necessitam de pessoas que gostariam de acreditar neles. Com base nessa realidade a essência disruptiva da internet, que vem de uma “revolução comunicacional” ocorrida a partir dos processos de multimedialidade interativa – ou seja, informar para os cinco sentidos –, representa essa reviravolta na forma como o conhecimento é organizado (Palacios, 2002).

Todos esses mecanismos da internet facilitam a disseminação de informações não confiáveis pela rede (Braga, 2018). *Fake news* foi um tema que passou a partir de discussões na sociedade especialmente depois das eleições norte-americanas de 2016 – quando o Facebook envolveu-se no escândalo da Cambridge Analytica<sup>vi</sup>. O termo começou a ser utilizado principalmente por políticos como Donald Trump, com uma definição de que são as notícias que o presidente não concorda ou duvida. E nesse emaranhado de conteúdos falsos e verdadeiros, a internet e as redes sociais se transformaram em catalisadoras importantes no debate e disputa de narrativas.

Essa realidade abre espaço para discussões legítimas e factuais, mas também para discursos não legítimos e não factuais (Alves, 2018). Somado a este ambiente fértil para a disseminação

opiniões, a automatização de ferramentas de publicação possibilitou o surgimento e a propagação dos chamados robôs — contas controladas por softwares que se fazem passar por pessoas e já povoam grande parte das redes sociais, inclusive participando de discussões e debates.

O fenômeno *fake news*, recorrente numa diversidade de cenários políticos contemporâneos, ganhou força mundialmente em 2016, durante a corrida presidencial dos Estados Unidos, época em que conteúdos falsos sobre a candidatura de Hillary Clinton foram compartilhados de forma intensa pelos eleitores de Donald Trump. Em 2017 Trump passa a usar a expressão *fake news* que, em pouco tempo, estava banalizada na opinião pública com efeitos sociopolíticos danosos. Ainda que a expressão *fake news* aparente ser autoexplicativa iluminando a abrangência do seu significado a “notícias falsas, há ainda outras duas possíveis compreensões: 1<sup>a</sup>.) fatos verdadeiros que não precisavam de tanto destaque e atenção; 2<sup>a</sup>.) sinônimo de propaganda política: “[...]discurso utilizado como arma que mistura discurso verdadeiro, enganoso e falso, e é projetado explicitamente para fortalecer um lado e enfraquecer o outro” (Zuckermann, 2017).

Gelfert (2018) introduz o conceito de que *fake news* “são afirmações tipicamente falsas que agem como notícias e que são deliberadamente fabricadas para enganar, ou melhor dizendo, desviar o receptor da verdade (Gelfert, 2018). Com base nas frequentes acusações de Donald Trump - se referindo as notícias de oposição ao seu governo - o autor clarifica sendo possível haver afirmações falsas referentes às notícias verdadeiras.

O Brexit também potencializou estudos sobre *fake news*. O eleitorado britânico foi chamado a decidir sobre a questão da permanência ou não do país no bloco comum europeu, em referendo realizado em 23 de junho de 2016. O resultado da consulta foi favorável à saída. Segundo analistas, jornais e as televisões da Grã-Bretanha foram vítimas (e protagonistas) de uma campanha organizada de desinformação cujo objetivo foi disseminar o ódio e a xenofobia contra a entrada de migrantes em território britânico. Com o intuito de concretizar essa finalidade, foram publicados conteúdos totalmente falsos (inclusive capas, principalmente de jornais tabloides) sobre privilégios a imigrantes que jamais ocorreram. Além disso, surgiram notícias de violência de refugiados contra cidadãos britânicos, entre outras falácias.

### **1.3 Desinformação e pós-verdade**

Uma palavra se destacou nos últimos anos por sua relação com o fenômeno *fake news*: a pós-verdade. A chamada “*Post-Truth*”, chegou a ser eleita a palavra do ano 2016 pelo “Dicionário de Oxford”. A sua influência no imaginário digital e das pesquisas sobre o tema continuou influente com o passar dos anos e ainda hoje a pós-verdade é utilizada como um dos norteadores quando se explica o fenômeno de falseamento da verdade na internet. Higgins (2016) explica que a pós-verdade refere-se a mentiras sendo rotina em toda a sociedade. Partindo do pressuposto de que mentir não é um crime, não é aceitável a condenação de quem conta ou compartilha.

Há ainda narrativas que colocam a mentira de forma relativa, podendo variar dependendo do contexto, o que torna ainda menos possível uma criminalização do ato e, por conseguinte, da disseminação de informações falseadas. Higgins (2016) explica que um relativista extremo pode sustentar que a verdade varia de pessoa para pessoa, uma posição que não deixa muito espaço para o debate.

O autor do conteúdo de uma notícia, por exemplo, através do título, ou por frases de efeito, pode levar a uma interpretação direcionada a compreensões falsas sobre fatos. Ao discutir a relação dos interlocutores com as *fake news* e a pós-verdade, Flores (2017) apresenta um elemento que pode ser considerado o catalisador da pós-verdade. Segundo ele a insinuação se ancora fundamentalmente no princípio de desencadear inferências de natureza falseadora, pelo apelo consciente a crenças ou a impressões arraigadas ao interlocutor. Portanto, a proposta do conteúdo veiculado não é apresentar fatos. Os fatos passam a ter importância secundária; nesses casos, os fatos podem simplesmente não ter importância e passam a ser ignorados face às interpretações parciais (Flores, 2017). O objetivo da estratégia de insinuação é fazer com que seu interlocutor reduza a percepção a respeito do que se veicula e fazer com que ele aumente a percepção daquilo que aparenta estar oculto.

Ao se amparar na divulgação de um conteúdo simples, o insinuador retira de si próprio a responsabilidade pelas inferências realizadas, partindo da ideia de que quem fala é responsável pelo que fala, e não por aquilo que a pessoa pensa ter entendido. Nesse caso pode-se afirmar que o principal objetivo da pós-verdade é desorientar o leitor no seu processo de formulação de conhecimento e de formação de opinião.

É a partir desse conceito que se pode relacionar diretamente a pós-verdade com *fake news*. Elas podem ser consideradas conteúdos que buscam despertar os sentimentos do leitor com a criação de um transtorno relativo à entidade/pessoa que está sendo deslegitimada. Por exemplo: em comunidades nas quais o princípio da pós-verdade está estabelecido, a propensão dos indivíduos a serem manipulados e enganados é mais corriqueira, causando um ciclo em que uma pode aumentar os impactos da outra.

Apesar de estudos relacionarem diretamente os conceitos de *fake news* com pós-verdade, há argumentos sólidos que os distinguem. Isso pode ser defendido ao se constatar que *fake news* não têm a necessidade de apresentar fatos verídicos em uma notícia, enquanto a pós-verdade busca apelar para aspectos emocionais de uma narrativa realista. As *fake news* podem apresentar uma narrativa que fomenta opiniões e pontos de vista apresentados no texto. Com um simples boato de uma fonte “confiável”, é possível desmerecer uma empresa ou até derrubar um governo, além de poder comover uma nação inteira com inverdades.

As novas e recentes estruturas informacionais proporcionadas pela internet, se comparadas ao sistema informacional de papel ou outras tecnologias anteriores, traz possibilidade múltiplas de intervenções nos documentos publicados em meio digital. Quase sempre o conteúdo é plausível de

críticas e questionamentos quanto a sua fidedignidade. Portanto, uma sociedade que pode ser chamada de uma sociedade do conhecimento não pode estar refém da pós-verdade e de *fake news*.

## **1.4 Fontes e arquitetura da informação**

As fontes de informação designam todos os tipos de meios (suportes) com informações passíveis de serem comunicadas. Elas podem ser definidas como qualquer recurso que responda a uma demanda, produto ou serviço de informação, uma pessoa ou grupo de pessoas, uma organização, etc. (Campello, Cendón & Kremer, 2000). O conceito das fontes de informação está relacionado à necessidade de informação do leitor. Ou seja, ela está relacionada à demanda de atualização com o progresso corrente de um assunto, necessidade de informação específica ligada ao trabalho cotidiano, conhecimento, lazer e/ou cultura.

No meio jornalístico, as fontes de informação têm características especiais e confiáveis que legitimam sua confiabilidade como avaliação por pares, autoria no campo da criação, abordagem das temáticas, entre outras. Exprime-se então que o criador, a criação e a apresentação garantem a eficácia das fontes de informação na redução das incertezas dos usuários. O amplo leque de documentos eletrônicos criou novos recursos informacionais como blogs, fóruns de discussões, redes sociais, websites, plataformas de compartilhamento de vídeos, plataformas de conteúdos escritos e/ou notícias factuais, etc. Esses recursos informacionais têm uma arquitetura que as identifica como espaço adequado ao acesso seguro de informações. Os parâmetros para avaliação de fontes de informação na Internet são apresentados por Tomaél (2000), enfatizando três perspectivas para reconhecimento de uma fonte confiável: critérios de conteúdo, forma e processo. Os critérios de conteúdo se orientam, segundo a autora, para validade, precisão, singularidade, cobertura das informações veiculadas, e para a autoridade e reputação do produtor da fonte. Ainda de acordo com Toamél, os critérios de forma se concentram nas características do site, nas tecnologias disponíveis para uso e suporte aos usuários. A internet revolucionou a velocidade e o formato como a informação. Os conteúdos podem se propagar tornando as fontes de informação grandes ferramentas políticas e sociais. Pode-se dizer que as fontes e os recursos de informação presentes na internet contam com uma arquitetura que possibilita sua identificação.

## **1.5 Como funcionam as *fake news***

Um antigo ditado diz que “a mentira corre mais que a verdade”. Na “Era do *Whatsapp*” é difícil duvidar disso. As *fake news* correm rápido nas redes sociais principalmente; aparecem na forma de vídeo, de texto e de áudio. É um caldo de fanatismo, fantasia aliado a teorias de conspiração. Se mostram como notícias, ideias salvadoras e até história.

Uma pesquisa internacional realizada e divulgada em 2019 pelo Centro para a Inovação em Governança Internacional (CIGI), sediado no Canadá, revelou que 86% das pessoas admitiram ter acreditado em pelo menos uma notícia falsa. Foram ouvidas na pesquisa pessoas de 25 países, e em 82% dos casos essas *fake news*, segundo os respondentes, estavam em redes sociais como Facebook e Twitter<sup>vii</sup>.

O tema suscitou interesse de importantes pesquisadores, como o filósofo francês Jacques Derrida que decidiu escrever sobre a mentira nos últimos anos de sua vida. Derrida (1996) publicou um ensaio onde defende, por exemplo, que a mentira é sempre um ato intencional. Para ele, mentir seria dirigir a outro (pois não se mente senão a outro, não se pode mentir a si mesmo, a não ser a si mesmo enquanto outro) um ou mais enunciados, uma série de enunciados, cujo mentiroso sabe, em consciência, que formam asserções total ou parcialmente falsas. Tais atos intencionais são direcionados ao outro a fim de enganá-los, de levá-los a crer naquilo que é dito, numa situação em que o mentiroso, seja por compromisso explícito, por juramento ou promessa explícita deu a entender que diz toda a verdade e somente a verdade.

A produção e veiculação de *fake news* constituem um verdadeiro mercado, conforme mostra especial do jornal “Correio Braziliense”.<sup>viii</sup> Pessoas de influência exponencialmente abrangente – publicitários, ex-jornalistas, profissionais de marketing e da área tecnológica – unem forças para alimentar esse universo. Algumas dessas pessoas, de forma criminosa e ilegal, compram endereços na internet ou mesmo números de telefones para espalhar informações enganosas e/ou mentirosas. Como alvo, priorizam sempre líderes evangélicos ou movimentos políticos, uma vez que o perfil desses é o de repassar aos seus seguidores pedindo para compartilharem com o maior número de pessoas, os falsos conteúdos.

Nos sites e páginas que contêm *fake news*, é enfatizado que eles adotam uma identidade visual semelhante à do alvo. Sempre as primeiras notícias veiculadas são publicações verdadeiras para, estrategicamente, gerar credibilidade atraindo e fidelizando seu público. De posse da confiança, os produtores das *fake news* começam a publicar notícias mentirosas como sendo reais.

Segundo reportagem do Correio Braziliense<sup>ix</sup>, “a tática faz com que a vítima que decida investigar a movimentação acabe chegando ao seu próprio documento, impedindo-a de continuar a procura pelos criminosos. Para evitar a perseguição, os produtores mudam de local constantemente, assim como os profissionais de tecnologia da equipe alteram o IP (tipo de endereço do computador). O conteúdo produzido é guardado nas chamadas nuvens”. O Correio Braziliense ainda cita que “O alto investimento em tecnologia e a adoção de estratégias para evitar identificação de quem contrata o serviço e das pessoas que o fazem são medidas que dificultam o rastreamento dos disseminadores de *fake news*. Além da dificuldade de localização dos culpados, a legislação brasileira não tem uma punição exclusiva para esse tipo de crime”.

Para Correia (2019) uma das principais estratégias dos sites de *fake news* é serem especializados em mascarar a desinformação com o aspeto de “notícias”. Um dos sites mais utilizados

por esta campanha de propaganda é o *The Voice of Europe*. Os dados recolhidos pela Alto Analytics e citados por Paulo Pena (2019) identificaram *The Voice of Europe* como um site criado na Holanda, que publica em inglês, e apresenta-se como uma espécie de Breitbart europeu.

Muitos sites de desinformação atuam como sensores de problemas fraturantes que são rapidamente compartilhados por sites idênticos e por redes sociais, ao mesmo tempo que ecoam em media sensacionalistas, acabando por produzir impacto em órgãos de comunicação tradicionais, configurando o agendamento de temas no debate público (Correia, 2019). Segundo o autor, a redundância decorre frequentemente em espiral, como uma a amplificar a outra e a conferirem o estatuto de credibilidade recíproco que decorre da notoriedade obtida pelo tema, especialmente quando controverso e emocional.

Correia (2019) cita algumas tendências existentes em Portugal, onde disseminam-se *fake news*, casos de Luso.PT e Luso Jornal 2015, nos quais surgem novas polêmicas no âmbito do desaparecimento de Maddie (Madeleine) McCain, desaparecida em 2006 no Algarve e nunca encontrada, despertadas por um longo documentário lançado na Netflix. Estas plataformas citam-se mutuamente, reproduzindo boatos de tabloides e ecoando em páginas no Facebook. Um dos sites de um grupo de comunicação português inclui uma “entrevista” realizada por uma médium à criança presumivelmente falecida que atribui a responsabilidade aos pais. O problema torna-se mais sério quando a velocidade de propagação dos conteúdos torna o que é verossímil (mas não verdadeiro) em algo provável ou apelativamente mórbido que contamina órgãos de comunicação social que claudicam perante a voracidade de responder ao apetite despertado pelos conteúdos partilhados (Correia, 2019).

## **1.6 Fake news, jornalismo e fake histories**

Se as *fake news* são um fenômeno recente, as *fake histories* (histórias falsas) se perdem no tempo. Isso porque a história como campo tem alguma relação com o jornalismo e, assim como o irmão acadêmico, muitas vezes admite métodos científicos menos rigorosos e, naturalmente, está afeita a mais dificuldades de superação de erros. E muita produção de conteúdo, mesmo que tenha uma certa chancela jornalística, pode ser confundida ou até interpretada como *fake news*.

Segundo Assunção (2014), em Portugal ocorreu um caso simbólico de não estabelecimento de fronteiras entre o ficcional e o real que acabou nos limites do *fake news*. Tratou-se do “Repórter X”, codinome do jornalista Reinaldo Ferreira. Ferreira começou sua atuação na redação de *A Capital*, revista de Lisboa que teve seu auge no período da Primeira Guerra Mundial. Ainda jovem, foi contratado como repórter e, em pouco tempo, sentiu-se enfadado com as chamadas notícias do dia a dia. Formado na leitura de folhetins policiais e de espionagem, passou a inventar fatos que acabavam sendo publicados pela imprensa. Em 1917, então com 19 anos, já impressionava escrevendo sobre um crime, tenebroso e inexistente, ocorrido em Lisboa. A história ficou conhecida como “O homem

dos olhos tortos”, e foi publicado no jornal *O Século* em formas de cartas enviadas por um “desconhecido” à redação, que assinava como Gil Goes (Assunção, 2014).

Segundo Assunção (2014), a história ganhou tamanha repercussão que o jornal decidiu tornar público a fraude, admitindo que o fato nunca havia realmente ocorrido. Mas o folhetim, finalmente assumido como ficção, prosseguiu até a sua conclusão e logo virou livro: “O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho”. Poucos meses depois de encerrar as aventuras de Gil Goes, Ferreira publicou no jornal *A Manhã*, em 1918, o “Inquérito à Mendicidade”, quando se deixou fotografar com barba por fazer, andarilho, de mão estendida. O público acreditou que, de fato, ele havia se passado por mendigo para escrever a matéria. Era, entretanto, mais uma obra de ficção de Reinaldo, incluindo os 47 centavos que teria rendido a sua incursão nas ruas.

Assunção (2014) explica que as histórias de Ferreira acompanharam a Lisboa das décadas posteriores. Como no assassinato do presidente de Portugal, Sidónio Pais, na estação do Rossio, em 1918, na Capital. Ferreira escreveu um texto, que se parecia com uma reportagem, onde o presidente pronunciava as suas últimas palavras: “Morro eu, mas salva-se a Pátria”. A verdade é que Ferreira não presenciou o crime, como afirmava no texto, e o estadista, ao que tudo indica, morreu sem proferir as suas últimas palavras. Dois anos depois, Ferreira mudou-se para Paris e trabalhou para a filial francesa da Agência Americana, fundada pelo escritor brasileiro Olavo Bilac.

A carreira do “jornalista” Ferreira foi tão inconsequente quanto curta. Uma das últimas de suas invenções foi uma matéria publicada no jornal *Janeiro*. No texto, ele desvenda uma campanha alemã para desacreditar a moeda inglesa através do início da produção de libras feitas de louça. Ferreira envolveu na trama o banqueiro português Francisco Borges, do Banco Borges & Irmão. A história em pouco tempo foi desmentida e Ferreira acabou demitido do jornal. Ferreira morreu em 1935, em decorrência da dependência de morfina e abandonado pela família e amigos. Além de suas “reportagens”, entre as quais se contam fascinantes visões futuristas do Porto e Lisboa do ano 2000, deixou ainda uma grande quantidade de novelas, sobretudo policiais e de espionagem, além de muitas peças de teatro (Assunção, 2014).

## 2. *Fact-checking* e o fato

A checagem dos fatos é uma premissa que acompanha o jornalismo desde tempos passados. Além de coletar, apurar e escrever determinada notícia, o jornalista sempre foi instigado a verificar cada informação recebida, para que a notícia que chegue à sociedade seja composta de informações mais fidedignas possíveis. No entanto, essa verificação ganhou contornos maiores nos últimos tempos especialmente a partir da proliferação de notícias e informações falsas. Na esteira disso, surgiram especialistas em checagem das informações, o que passou a ser conhecido como *fact-checking*.

O *fact-checking* nada mais é do que uma confrontação de histórias com números, dados, pesquisas e registros. Podemos exemplificar da seguinte forma: se um político qualquer garante que jamais foi acusado de corrupção, haverá sempre registros judiciais que irão de alguma forma atestar se isso é realmente verdade. Ao mesmo tempo se um governo de um país qualquer disser que a inflação diminuiu, será possível verificar fielmente se essa informação é verdadeira ou não.

Além da necessidade de referendar uma informação verdadeira, o *fact-checking* também é uma forma de qualificar o debate público por meio da apuração jornalística. Na verdade, será a verificação de uma informação já apurada, resumidamente. Parece um pouco redundante ter que verificar uma informação que já foi passada às pessoas como uma informação real e verdadeira. Mas isso, em tempos de *fake news*, acabou se tornando quase uma necessidade.

Para Rosenstiel (2013), com a sustentação de Dobbs (2012), o nascimento do movimento estaria relacionado aos comentários do jornalista David Broder, do “*The Washington Post*”, após as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América no ano de 1988. Na conjuntura, após a marcante disputa eleitoral entre o republicano George Bush e o democrata Michael Dukakis, David Broder fez críticas às informações dadas pelos candidatos nos discursos, as classificando em boa parte como mentirosas, sujas, desqualificadas, demagógicas e sem conteúdo (Cazetta & Reis, 2019).

Os autores ainda realçam que no ano de 1991, com o jornalista Brooks Jackson, a rede de televisão norte-americana CNN executou o projeto “AD Police” que foi nortado pelo objetivo de verificar as informações proferidas pelos políticos durante o período eleitoral para a presidência dos Estados Unidos da América entre George H.W. Bush e Bill Clinton. Posteriormente, em 2003, com a intenção de verificar as falas ditas por políticos, com primazia das eleições daquele ano entre George W. Bush e John Kerry, Brooks criou o primeiro website de checagem, intitulado FactCheck.org.

Especialistas em checagem dos fatos surgiram muito recentemente, a partir da constatação de que as informações que rondavam eleições, por exemplo, precisavam de uma constatação profissional para combater as notícias falsas.

Os especialistas das checagens se tornaram quase caçadores de notícias falsas, utilizando elementos da apuração jornalísticas para confirmar as informações. Segundo relatório do Duke Reporter’s Lab (2019), há no mundo 210 plataformas de checagem dos fatos atuando em 68 países.

Em 2014 aconteceu o primeiro Encontro Global de *Fact-checking*, organizado pelo Poynter Institute, que acabou dando origem à Rede Internacional de *Fact-Checking* (IFCN, em inglês). Esta rede reúne especialistas em checagem e tem o intuito de fornecer treinamentos, realizar projetos, entre outros objetivos. A checagem dos fatos passou a ser quase uma especialização do jornalismo, através da formação de processos de verificação, código de princípios e definição da atividade como profissional.

Nessa linha, a rede definiu três aspectos, a partir do conteúdo, a serem confrontados pelos especialistas. No primeiro, seria basicamente o próprio *Fact-checking*: selecionar uma frase exatamente como ela foi dita por alguém que tenha algum impacto ou relevância na sociedade e atestar seu grau de veracidade, por meio de bancos de dados oficiais e especialistas. O segundo é o *Debunking* (desmistificação), através da análise do grau de veracidade de um conteúdo que foi fabricado por fontes anônimas ou não oficiais. E o terceiro a *Verification* (verificação), que é a análise de um conteúdo digital (foto ou vídeo) que pode ter sido adulterado. Em todos os três aspectos, é possível encontrar similaridades entre o processo do fazer jornalístico e o processo de checagem da informação pelos especialistas (IFCN, 2014).

Uma das principais funções jornalísticas consiste na verificação dos fatos antes da sua divulgação, para que sejam publicadas informações verídicas às pessoas. Com o surgimento das plataformas digitais de comunicação – acelerando o processo de informação – a produção de notícias falsas cresceu de forma descontrolada originando assim a desinformação. Com o *fact-checking*, optou-se por um novo formato de jornalismo que se afasta um pouco do jornalismo de comunicação contemporâneo. O objetivo desse novo formato é o de compreender a demanda das mudanças no mundo jornalístico diante de um ecossistema midiático afetado pela desinformação.

Segundo Pattat-Rocha (2020) o *fact-checking*, enquanto formato, diferencia-se pela aplicação de etiquetas de veracidade. Como prática, esse formato proporciona características harmonizáveis com outros formatos jornalísticos, o que permite explorar o “jornalismo de verificação” como um gênero para analisar as transformações no jornalismo de forma mais inclusiva, averbado a outros formatos de apresentação de conteúdo (Seibt & Fonseca, 2019). O crescimento do *fact-checking*, a verificação dos fatos, está diretamente associado ao descontrole das *fake news*, numa conjuntura clara do modelo como um antídoto às notícias fantasiosas disseminadas na *internet* (Cazetta & Reis, 2019).

Atualmente, meios jornalísticos tradicionais, organizações independentes e sites de redes sociais são os órgãos que constituem o ecossistema midiático, que contribuem diretamente para a circulação das informações na esfera pública. Nesse cenário, cresce a pertinência de práticas de verificação e confrontação e de seus respectivos produtos como um modelo de texto jornalístico necessário e distinto na atual conjuntura. No Brasil, idealizado como método teórico, o “jornalismo de verificação” busca a comparação com as evidências empíricas analisadas a partir da prática de

*fact-checking*, para reconhecer possíveis componentes sugestivos de mudanças normais e de mudanças estruturais que pudessem anunciar uma mutação (Seibt & Fonseca, 2019).

Desde o ano de 2016, há um código de princípios e técnicas que devem ser observados para que uma iniciativa venha a ser reconhecida pela Rede Internacional de Fact-Checking (IFCN), e dentre eles selecionam-se: o compromisso com o não partidarismo e com a justiça; o compromisso com a transparência e fontes; o compromisso com a transparência do financiamento; compromisso com a transparência da metodologia de checagem; e compromisso com correções abertas e honestas (Cazetta & Reis 2019).

## **2.1 A mentira e o jornalismo**

Para D’Ancona (2018), pós-verdade não é equivalente à mentira, uma vez que a criação e o emprego estratégico desse tipo de informação por parte de agentes públicos e governantes não é um fenômeno recente, possuindo rastros que remontam desde o antigo Império Romano. Mesmo em regimes democráticos, a mentira é, segundo ele, um elemento recorrente na política partidária.

O termo pós-verdade, definido pelo Dicionário Oxford, denota circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal. Entretanto, o conceito de pós-verdade ainda precisa de consensos entre os pesquisadores. Isso porque o conceito é interdisciplinar, passando pela política, comunicação, psicologia filosofia e educação. McIntyre (2018) ressalta que a pós-verdade é um campo de discussão constituído por uma complexa constelação de temáticas, em que podemos identificar fenômenos como: negacionismo científico, hiperpolarização política, vieses cognitivos, *big data*, mídias sociais, bolhas online e pós-modernidade.

Ao contrário do que postula o senso comum, a pós-verdade costuma estar menos associada à crescente inclinação da imprensa e dos políticos ao falseamento ou distorção da realidade do que às transformações no modo como o público interage com essa tendência. Trata-se de uma alteração na percepção e no comportamento das pessoas no sentido de uma perda da primazia da verdade como princípio estruturante da sociedade e das decisões de interesse público e privado. Ou, como declara D’Ancona (2018), de um tempo em que a indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conivência. As pessoas comuns, que antes se viam confinadas à posição de vítimas e alvos passivos, atualmente exercem papel ativo em boa parte dos processos que alimentam e dão forma à pós-verdade. A consolidação desse cenário obtém respaldo em um conjunto de constatações oriundas da Ciência Política contemporânea, abrangendo a cultura e o modo como os indivíduos tomam decisões envolvendo a adesão a ideias e os discursos.

“Era reconfortante imaginar que os eleitores reuniam fatos, tiravam conclusões desses fatos, assumiam posições a respeito das questões com base em suas

conclusões e escolhiam um partido político de forma correspondente. Na prática, escreveu, os eleitores escolhiam um partido com base em afiliações de valor, adotavam as opiniões da tribo, desenvolviam argumentos para apoiar essas opiniões e (só então) selecionavam fatos para reforçar essas alegações” (D’Ancona, 2018).

Um outro pilar da pós-verdade, na visão de D’Ancona, é a erosão da confiança. A segunda metade do século XX foi um período fértil de escândalos que minaram a credibilidade da política partidária e da imprensa, não apenas ao arranhar suas reputações, mas principalmente por alimentar a crença na existência de um consórcio perverso entre elas. Trata-se, segundo o autor, de uma união entre o governo e a “grande mídia” para enganar a população e organizar manobras e interesses de setores de elite para garantir o *status quo*. Esse imaginário deu margem à disseminação de um ceticismo em relação ao jornalismo e à própria esfera política.

Esse cenário deu origem a muitas manifestações de populismo que, diante de uma realidade complexa, costuma se apresentar como forma de explicações simplórias, com uma linguagem totalmente maniqueísta, emocional e polarizada. A isso soma-se a consolidação da web 2.0 onde os usuários da rede deixam de ser consumidores passando ao status de produtores de conteúdo. Por isso, atividades antes exercidas por profissionais, como os jornalistas, passam às mãos também de pessoas comuns. Entre os efeitos dessa mudança, destacam-se o aumento exponencial na oferta de informações e a queda inversamente proporcional da qualidade e confiabilidade dos conteúdos em questão, fator que costuma estar intimamente ligado à emergência das *fake news*.

D’Ancona (2018) esclarece que essa nova dinâmica alterou sensivelmente o modo de participação popular no âmbito das democracias representativas. O século XX deixou como herança um sistema de instituições baseadas em regras e em evolução gradual; e uma hierarquia de conhecimento e autoridade, em que entidades representativas interagiam com o estado de acordo com protocolos comprovados. Hoje essa estrutura está sendo desafiada por uma malha de redes vinculadas não por laços institucionais, mas pelo poder viral da mídia social, do ciberespaço e dos sites, que se deleitam em sua repugnância em relação à grande mídia (D’Ancona, 2018).

No cerne dos conceitos e definições da pós-verdade, surgem também a paranoia conspiracionista e o negacionismo científico. No contexto da pós-verdade, esses fenômenos tendem a operar de forma integrada, podendo, nesse caso, ser ilustrados por duas iniciativas distintas: 1) o movimento antivacina (*antivax*, grupo que se recusa a aderir a qualquer forma de imunização coletiva ou individual, devido à crença que existe uma prática arquitetada pela indústria farmacêutica com a anuência do estado e cujo objetivo é ocultar supostos efeitos colaterais das vacinas sobre a população, como o aumento nos índices de crianças com autismo; e 2) a negação do holocausto, que consiste em um movimento ideológico com orientação antissemita que tem como propósito deslegitimar ou

mesmo rejeitar por completo o consenso histórico a respeito da factualidade da perseguição e do extermínio de judeus em campos de concentração durante o Terceiro Reich.

Apesar das diferenças ambos compartilham ideias como a fundamentação produzida por especialistas que, em muitos casos, manipulam métodos de investigação. Mas, mesmo assim, o principal aspecto que conseguem impulsionar e dar crédito a essas informações é o uso estratégico por formadores de opinião. Estes capitalizam a atenção das pessoas por meio de uma retórica de alarme.

Na busca das raízes da pós-verdade, D'Ancona (2018) centra atenções na noção de pós-modernidade. O pós-moderno, na sua visão, delimita a condição da cultura contemporânea que se caracteriza pela crise dos relatos de cunho filosófico-metafísico, mais precisamente às suas pretensões atemporais e universalizantes. Segundo o autor, essa premissa envolve, dentre outros aspectos, um conjunto de transformações relativas às posições de saber e às regras do jogo da ciência. Para ele, dentre as principais vítimas desse movimento está a metanarrativa iluminista, que estabelece o progresso gradual da humanidade com base no uso consciente da razão, que tem na ciência o seu principal baluarte, tendo em vista a sua capacidade de produzir um conhecimento que promova a rutura com formas de pensamento mágico e obscurantista.

Entretanto, a ciência moderna tem sido frequentemente questionada em sua pretensão como via de acesso privilegiada a um saber-verdade, enquanto as próprias condições de possibilidade de uma verdade que expressa o real em sua forma transcendente atritam com a crença cada vez mais difundida na existência de múltiplas comunidades interpretativas, cada qual constituída por seus jogos de linguagem e verdades particulares.

Em outras palavras, o relativismo cognitivo associado à pós-modernidade impõe uma espécie de pacto anticomunitário. A realidade passa a ser vista como uma esfera tão duvidosa, cheia de meandros, de perspectivas divergentes e de grupos heterogêneos, que a busca pela verdade já não representa mais uma missão prioritária. Nesse ambiente florescem discursos pluralistas em que o escrutínio crítico de evidências, cada vez mais, dá lugar à escolha de “equipas” aos quais pertencer e cujas narrativas devem ser subscritas e propagadas (D'Ancona, 2018).

O autor também esboça alguns dos desafios e modos de resistência às armadilhas da pós-verdade. Dentre os apontamentos mais relevantes, destacam-se: 1) cada indivíduo deve exercitar uma postura crítica e dialógica com a informação disponível, desenvolvendo e mobilizando competências de filtragem, checagem e avaliação; 2) é importante planejar e implementar políticas, ações específicas e soluções tecnológico-algorítmicas capazes de auxiliar usuários, espectadores e consumidores na tarefa de aferir a natureza e a confiabilidade dos conteúdos veiculados nas medias, por exemplo, sob a forma de agências e dispositivos de *fact-checking*; e 3) tendo em vista que a factualidade e a consistência da informação nem sempre são o bastante para fazer frente ao arsenal da pós-verdade, o combate às *fake news* e à *pseudociência* também precisa incorporar formas de comunicação e divulgação dotadas de narratividade capaz de apelar às emoções, ou seja, trata-se de não somente falar às mentes, mas também aos corações.

## 2.2 As rotinas jornalísticas e a relação com as *fake news*

Uma fonte de influência e fragilização da noção de atualidade jornalística são as rotinas produtivas das empresas jornalísticas, que muitas vezes acabam favorecendo o surgimento das chamadas *fake news* e mesmo sendo associadas a conceitos de pós-verdade.

Estas rotinas, associadas a um planejamento de periodicidade na circulação de seus produtos, têm estabelecido intervalos de temporalidade entre o conteúdo que é atual e potencialmente capaz de se tornar notícia. Desta forma seriam atuais os eventos de interesse jornalístico que ocorressem dentro do ciclo temporal de permanência de um produto à disposição do público por parte de uma determinada organização, seja na forma material de um jornal impresso nas bancas, seja na forma digital disponível em sítios com conteúdo jornalístico.

O tempo de disponibilização pode variar de alguns segundos no jornalismo *online*, durando algumas horas para cada veiculação jornalística de emissoras de rádio ou televisão, até atingir a periodicidade diária ou semanal das publicações impressas. Para Franciscatto (2003), cumprir ciclo de temporalidade implica, para uma organização, dar conta de todo um processo interno de gestão de produção. No caso das publicações, há um processo externo de viabilizar a circulação de material do seu produto. Na perspectiva das rotinas de produção, o tempo pode ser compreendido como um fator negativo, como uma consumação que desqualifica a atualidade dos eventos.

Segundo Assunção (2019), na perspectiva das rotinas de produção, o tempo é considerado um fator negativo, como um aspeto que desqualifica a atualidade dos eventos. Por isso, o jornalismo tem um ritmo regulado pela velocidade da produção, pela rapidez com que um conteúdo é transformado em produto noticioso. Há uma tensão entre a velocidade do movimento do mundo e a velocidade da produção da narrativa jornalística sobre esse movimento. O jornalismo vive um risco de que o sentido de tempo que traz no seu discurso se descole do tempo do mundo. Essa negatividade é incorporada na cultura interna das redações como um elemento de positividade, já que a corrida contra o atraso na veiculação se torna um elemento de incentivo para acelerar a velocidade da produção e valorar jornalisticamente a noticiabilidade de um evento.

E como o jornalismo pode ser capaz de superar essa tensão entre temporalidades? Através de aplicação de técnicas e regras específicas na produção jornalística. Franciscatto (2003) lembra que o discurso jornalístico se afirma publicamente como discurso sobre a atualidade porque constrói um sentido temporal de não haver um desencaixe real entre o tempo do mundo e o tempo da produção jornalística. Há recursos de estilo na construção do texto, como a utilização de títulos e linhas de apoio aos textos. Nesse aspeto dos títulos de artigos jornalísticos, por exemplo, os verbos costumam estar no tempo presente mesmo que o tempo verbal do texto do artigo esteja no passado (do ontem). O jornalismo usa uma série de expedientes para garantir o sentido de atualidade de seus conteúdos.

Para Assunção (2019), as transformações por que a sociedade vem passando a partir das novas tecnologias de informação e comunicação afetam, naturalmente, os modos de produção jornalística e, também, as condições de os jornalistas perceberem e marcarem nos seus produtos a temporalidade presente. As tecnologias rompem, cada vez mais, os limites temporais dos modelos industriais de produção, disponibilização, apuração, circulação, receção e reelaboração de conteúdos. Os suportes digitais também disponibilizam um volume cada vez maior de conteúdos com variadas marcações de tempo. Para o recetor, por exemplo, as inovações tecnológicas possibilitam novas formas particulares (individuais ou de grupos) de construção de temporalidade na interação entre o leitor e o provedor/produtor de conteúdo, já que os media tendem a disponibilizar conteúdos que se referem a tempos sociais diversos – no caso dos jornais *online* há o oferecimento tanto da edição diária com notícias do dia anterior como notícias em tempo real ou links para edições anteriores, permitindo que os leitores também façam seus próprios recortes e relações temporais.

Grande parte do conceito de valores-notícia do jornalismo – brevidade, localidade, imediatidade, instantaneidade – continuam arraigadas na cultura profissional e na rotina jornalística. Mas o modo de produção reflexiva e aplicação da prática precisam ser reavaliados. Franciscatto (2003) defende que a tendência de buscar a brevidade como um dos fundamentos do conhecimento jornalístico tem levado cada vez mais a identificar o valor da notícia a partir da velocidade em que ela é produzida e colocada a público. Isso estimula as organizações jornalísticas a buscarem uma cada vez maior economia de tempo no processamento da informação: se o ontem ainda permanece como critério temporal de noticiabilidade para o jornalismo diário impresso, o jornalismo *online* tem outras possibilidades de intervalo de tempo muito menores.

Mesmo que o fator temporal que inclui a velocidade do processamento e disponibilização das matérias ganhe valor noticioso nesses novos modelos jornalísticos, não vai superar os dilemas e conflitos resultantes de uma luta interna à instituição jornalística pela busca da qualidade. A atualidade jornalística está vinculada a uma articulação entre elementos diversos da atividade jornalística e da sociedade.

Nuclearmente, as notícias veiculadas na media impressa, de imagem e de *internet* têm basicamente as mesmas características. Elas se constituem por relatos de acontecimentos que são vocacionalmente produzidos por organizações com objetivos especiais. A notícia da *internet* é igualmente colhida e escrita por pessoas cuja ocupação a tempo inteiro é colher e escrever notícias. O leitor *online* tenderá a reconhecer como notícia aquilo que resulte desses pressupostos tradicionais, embora a rede levante questões ambíguas ao possibilitar a divulgação em massa de notícias produzidas por elementos cuja ocupação principal não é colher e redigir notícias.

A *internet* é um meio veiculador de várias medias – organizações com objetivos especiais – e simultaneamente de conteúdos produzidos por utilizadores individuais. Se a notícia reflete o *ethos* especializado da comunidade jornalística e é moldada pela sua estrutura e processos, a notícia da

*internet* tenderá a resultar em um equilíbrio maior entre o *ethos* da comunidade jornalística virtual, graças à preponderância da interatividade entre jornalistas, e a audiência do meio *web*.

A notícia na *web* é um relato melodramático de assuntos actuais, como resultado, em parte, das tradições que definem o *ethos* jornalístico e a estrutura da história. Apesar de a incidência ser também feita sobre acontecimentos, estes não são integralmente descritos como ações que veiculam uma linha implícita e normalmente de um modo extremamente simplista. A notícia da *web* pode apresentar uma estrutura comum à dos outros media, mas introduz complexidade e, sobretudo, aleatoriedade com o hipertexto aplicado à narrativa, que coloca nas mãos do leitor parte da construção do sentido da notícia de uma forma individualizada. Assim, na notícia da *web*, os acontecimentos não tiram tanto a sua identidade que os jornalistas e as fontes tecem à volta deles, na medida em que parte da notícia é elaborada pelo leitor durante o próprio acto de leitura.

A tecnologia, portanto, é desafiadora quanto aos rumos da produção de notícias e ao mesmo tempo é uma ferramenta para a disseminação de notícias falsas. Para Marcondes Filhos (2009), o pano de fundo das mudanças no mundo atual é o fim da modernidade caracterizada pelo (novo) processo universal de desencanto (defeção do socialismo e das alternativas ao capitalismo), pela crise das grandes narrativas e de todos os sistemas gerais de explicação, pela falência dos processos teológicos (esperança de um futuro melhor, a subordinação do engajamento político a um projeto histórico) e pelo desaparecimento do “conceito de agonística geral”, da política como embate, competição, confrontação radical. A partir disso, a tecnologia, através da *internet* e das redes, interpõe-se ao papel intermediário que o jornalismo sempre teve entre os fatos e o público. Quando políticos, por exemplo Trump e Bolsonaro, usam o *Twitter* ou outra rede social para falar diretamente a seus apoiadores, e não raro divulgando alguma informação falsa, o jornalismo já não consegue fazer esse papel mediador. Antes, o jornalismo ajudava a população a ler a verdade por detrás do que era dito. Hoje as redes sociais falam diretamente com essas pessoas, fragilizando essa relação e abrindo possibilidades de absorção de informações enviesadas ou falsas.

### **3 Fake news, fact-checking e o universo político**

O surgimento do *fact-checking* está diretamente relacionado com o universo político, na década de 1980. Segundo Rosenstiel (2013), com a sustentação de Dobbs (2012), o nascimento do movimento estaria relacionado aos comentários do jornalista David Broder, do “The Washington Post”, após as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América no ano de 1988. Na conjuntura, após a marcante disputa eleitoral entre o republicano George Bush e o democrata Michael Dukakis, David Broder fez críticas às informações dadas pelos candidatos nos discursos, as classificando em boa parte como mentirosas, sujas, desqualificadas, demagógicas e sem conteúdo (Cazetta & Reis, 2019).

Os autores ainda realçam que no ano de 1991, com o jornalista Brooks Jackson, a rede de televisão norte-americana CNN executou o projeto “AD Police” que foi norteado pelo objetivo de verificar as informações equivocadas proferidas pelos políticos durante o período eleitoral para a presidência dos Estados Unidos da América entre George H.W. Bush e Bill Clinton.

Uma das principais funções jornalísticas consiste na verificação dos fatos antes da sua divulgação, de modo a levar ao público informações verídicas. Com o surgimento das plataformas digitais de comunicação, o que acelerou o processo de informação, a produção de notícias falsas vem crescendo de forma descontrolada originando assim a desinformação. De modo a combater o fenômeno, o jornalismo foi obrigado a reinventar-se e criar um formato específico denominado *fact-checking*. A prática tornou-se um formato de jornalismo que se afasta do “jornalismo de comunicação” contemporâneo, na intenção de compreender a demanda das mudanças no mundo jornalístico diante de um ecossistema midiático afetado pela desinformação.

Enquanto formato, o *fact-checking* diferencia-se pela aplicação de etiquetas de veracidade. Enquanto prática, o formato proporciona características harmonizáveis com outros formatos jornalísticos, o que permite explorar o “jornalismo de verificação” como um gênero para analisar as transformações no jornalismo de forma mais inclusiva, averbado a outros formatos de apresentação de conteúdo (Seibt & Fonseca, 2019). O crescimento do *fact-checking*, a verificação dos fatos, está diretamente averbado à evolução de forma descontrolada das *fake news*, numa conjuntura clara do modelo como um antídoto às notícias fantasiosas disseminadas na internet (Cazetta & Reis, 2019).

Atualmente, meios jornalísticos tradicionais, organizações independentes e sites de redes sociais são os órgãos que constituem o ecossistema midiático, que contribuem diretamente para a circulação das informações na esfera pública. Nesse cenário, cresce a pertinência de práticas de verificação e confrontação e de seus respectivos produtos como um modelo de texto jornalístico necessário e distinto na atual conjuntura. No Brasil, idealizado como método teórico, o “jornalismo de verificação” busca a comparação com as evidências empíricas analisadas a partir da prática de *fact-checking*, para reconhecer possíveis componentes sugestivos de mudança normais e de mudanças estruturais que pudessem anunciar uma mutação (Seibt & Fonseca, 2019).

Desde 2016, há um código de princípios e técnicas que devem ser observadas para que uma iniciativa venha a ser reconhecida pela Rede Internacional de Fact-Checking (IFCN), que dentre essas medidas selecionam-se: o compromisso com o não partidarismo e com a justiça; o compromisso com a transparência e fontes; o compromisso com a transparência do financiamento; compromisso com a transparência da metodologia de checagem; e compromisso com correções abertas e honestas (Cazetta & Reis, 2019).

Entre as democracias liberais há uma enxurrada de desinformações circulando. E os próprios receptores não estão devidamente informados para discernirem nessa quantidade de informações divulgadas quais dela de fato poderiam oferecer recursos adequados para tomada de decisões. Estudos mostram de que forma a grande quantidade de informações falsas tornam os usuários mais

propensos ao consumo de conteúdos de acordo com seus valores de moral ou preferências políticas. Nesse último aspecto, destacam-se características como a crença em fraudes eleitorais (Edelson et al. 2017), bem como em questões sociais, como a pena de morte (Lord, Ross & Lepper, 1979) e em assuntos mais técnicos, como o aquecimento global (Hart & Nisbet, 2011).

Nyhan (2010) fala que os membros do público que são pouco informados sabem que carecem de informações sobre certa questão, enquanto que aqueles que detêm desinformações são paradoxalmente mais propensos a acreditarem que são bem informados. Tal fenômeno foi primeiramente detetado em estudos experimentais no campo da psicologia cognitiva, que acentuam a tendência humana em reter na memória informações preliminares ou incompletas de um acontecimento, ainda que elas se revelem em algum momento equivocadas. Este processo, que recorrentemente conduz o recetor à desinformação, é também conhecido como “efeito de influência contínua” (Seifert, 1991), e foi reproduzido exaustivamente em experimentos em que participantes eram apresentados a dados equivocados sobre determinado fato, e posteriormente recebiam correções sobre os erros na descrição apresentada, visando avaliar as condições que favoreciam ou prejudicavam o efeito da desinformação na memória.

Outra constatação é que as *fake news* que se espalham mais rápido são as mais “inéditas” e romanceadas, ou seja, as que mexem com o emocional do leitor, que inspiram sensações de medo, nojo, surpresa e raiva, as que despertam sentimentos que incentivem a pessoa a compartilhar como forma de alerta ou indignação são as que possuem a maior quantidade de compartilhamento, enquanto as notícias verdadeiras trazem sentimentos como a alegria, tristeza ou confiança.

A principal motivação para o compartilhamento de notícias falsas é a polêmica, a novidade, destacou Aral (*apud* Gizmodo, 2018). Em sua pesquisa, segundo ele, “a novidade atrai a atenção humana porque atualiza nossa compreensão de mundo”. A informação nova, além de surpreendente, também é valiosa, já que a mesma recebe status social. Um outro aspecto que levou os pesquisadores a empenharem-se na pesquisa foi a montagem de um perfil do compartilhador das *fakes news*. Eles fizeram isso através de um algoritmo que eliminava os *bots* entre os tweets pesquisados. Assim, os pesquisadores constataram que a maioria dos disseminadores das inverdades na rede são homens e não costumam ter muitos seguidores, além de não serem muito ativos nas redes.

### **3.1 A virulização do ódio**

Antes da *internet*, a divulgação de uma notícia falsa poderia ser desastrosa para a reputação de um veículo de comunicação, que teria problemas de credibilidade e enfrentaria processos, até mesmo penais. A *internet* com suas redes sociais fez com que a divulgação das notícias falsas seja de difícil rastreamento primário e que estas se propaguem de maneira virulenta. Portanto, tanto faz ser a notícia mentirosa ou fora da realidade. A página (e, portanto, os anúncios) já terão sido expostos e o dono do site já terá feito a sua venda. Assim, fisgar a atenção das pessoas para o perfil na rede

social é o que configura o lucro. A exploração e divulgação das *fakes news* se transformam em uma fonte econômica fácil e rápida.

Uma reportagem da BBC apresenta uma manchete bem evidente “A cidade enriquecendo através de *fake news*”<sup>x</sup>. Segundo os dados apresentados pela reportagem, várias das notícias falsas que influenciaram a campanha presidencial americana vinham de sites registrados em uma pequena cidade da Macedônia chamada Veles.

Na cidade em que o salário médio é de €350,00, vários adolescentes com pouca perspectiva começaram a ganhar milhares de euros por anúncios publicados em sites de notícias falsas. Mas como a reprodução de notícias que são evidentemente falsas pode se tornar tamanho sucesso? Na internet, é comum se referir a “viral” aquilo que seria a qualidade de “algo que tenha maior probabilidade de se propagar de uma pessoa para outra”<sup>xi</sup>.

Não há uma explicação fácil para as informações que se tornam virais em comparação com outras que não chamam a atenção do público em geral (a maioria, na verdade). Berger (2014) tenta explicar a partir da qualidade do conteúdo veiculado, portanto, teria um conteúdo mais atrativo do que o convencional e, por isso recebe mais a atenção das pessoas.

Portanto, a ideia da viralização guarda relação com a qualidade intrínseca ao objeto de análise. Se o que é divulgado pelos jornalistas é o mais próximo da realidade, leva um tempo para ser apurado e divulgado e, então, preza pela qualidade, seria absolutamente natural que atraísse mais a atenção das pessoas. No entanto, ocorre o contrário. São justamente as informações falsas que terminam por atrair mais a atenção das pessoas.

Mas como entender essa disseminação e essa preferência por conteúdos enganosos? Essas informações mentirosas não costumam ter lógica nem fundamento e são apresentadas em sites que se apresentam como legítimos. Uma outra explicação é de que os disseminadores das *fakes* se aproveitam da polarização política e usam temas controversos e, assim, mostram informações que confirmem os pré-conceitos de determinados grupos.

A falta de tolerância é, portanto, um campo fértil para a disseminação das *fake news*. Num ambiente de polarização política, as pessoas acabam buscando informações que reafirmem suas concepções, ao invés de aceitar opiniões divergentes de seus pensamentos. A polarização, a falta de tolerância e pluralismo político favorecem o surgimento do fenômeno. Uma pessoa identificada como “sectária de esquerda ou de direita”, por exemplo, vê os membros de um grupo adversário como alguém que se importa com questões sociais ou refuta mudanças por egoísmo.

Assim, *fake news* que, mesmo de forma caricatural, explorem esse estereótipo tendem a atrair a atenção de grupos de esquerda. Exemplos disso seriam informações que mostram ídolos de direita tratando pessoas de forma ríspida, preconceituosa, naturalizando sua característica desumana e egoísta. Igualmente o sectário de direita vê nos grupos de esquerda ideias ingênuas ou mesmo hipócritas, subvertendo uma lógica social, sob seu prisma.

Portanto, *fake news* tendem a atrair a atenção de grupos conservadores. Possíveis exemplos seriam as notícias que apresentam ícones ou grupos de esquerda como ignorantes ou membros de esquemas escusos, agindo mediante remuneração, com o intuito de subverter a lógica social.

## 4. A pandemia e as media

O início da pandemia da Covid-19 no Brasil foi literalmente negligenciado pelo governo federal, de modo que o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, tratou com desdém a doença e mostrou-se resistente perante as medidas essenciais para a não propagação do vírus. O presidente desentendeu-se com os veículos de comunicação que trabalhavam na divulgação de informações relevantes sobre a doença. Ainda no que concerne às ações negativas relacionadas com o combate à pandemia no Brasil, além de ir contra todas as recomendações provenientes da Organização Mundial da Saúde, o Ministério da Saúde<sup>xii</sup>, a mando do líder do executivo, restringiu, aos meios de comunicação, o acesso às informações diárias sobre o estado epidémico do país. Assim, as informações não puderam ser transmitidas no Jornal Nacional<sup>xiii</sup>, da Rede Globo de Televisão.

Nesse sentido, o Ministério da Saúde divulgou um balanço que reduziu a qualidade, bem como a quantidade das informações sobre a doença, e suspendeu a costumeira conferência de imprensa, em que os técnicos eram indagados sobre as ações de combate à pandemia executadas pelo governo federal.

A atitude do chefe do Palácio do Planalto foi mal recebida pelos veículos de comunicação a nível nacional; - de modo a contornarem a situação, os jornais “O Globo”, “Extra”, “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “G1” e “UOL” formaram uma parceria resultando em um consórcio jornalístico. Assim, as equipes dos veículos foram guiadas pelo objetivo do compartilhamento de informações e dividiram tarefas, efetivando a colheita de dados sobre a doença juntos às secretarias estaduais de Saúde. O consórcio trouxe aos brasileiros informações sobre a evolução da doença e dos números de óbitos provocados pelo coronavírus, além da apresentação dos números consolidados dos casos testados e com e dos resultados positivos para o vírus. O consórcio recebeu salvas do então presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, e do então presidente do Senado Federal, David Alcolombe<sup>xiv</sup>.

O Brasil é um terreno fértil para as *fake news*, por ter uma das populações no mundo que mais acreditam em notícias falseadas, segundo pesquisas. O relatório 2019 da “*Reuters Institute Digital News Report*” apontou o aplicativo WhatsApp como a principal rede social de discussão e troca de notícias no Brasil. Segundo o mesmo relatório 53% dos respondentes afirmaram usar o aplicativo como fonte de notícias, número bem superior se comparado a países como Reino Unido (9%), Austrália (6%), Canadá (4%) e Estados Unidos (4%).

A velocidade do compartilhamento das informações nas redes sociais – sem a confiabilidade das fontes e dos conteúdos, tem preocupado os especialistas. Pesquisadores da Escola Nacional de

Saúde Pública (ENSP) em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), elaboraram uma pesquisa entre os meses de março e maio de 2020 - com base nas respostas recebidas através do aplicativo “Eu Fiscalizo” – foi constatado que 73,7% das *fake news* sobre o coronavírus circularam pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, 10,5% foram publicados no Instagram e 15,8% no Facebook<sup>xv</sup>.

Numa entrevista ao site de notícias da Agência Brasil, a pesquisadora Cláudia Galhardi disse ter contabilizado cerca de 30 notificações relacionadas à Covid-19. Ela destaca: “As medias digitais têm sido muito utilizadas, circulando inúmeras notícias falsas sobre receitas caseiras de medicamentos milagrosos, álcool produzido em casa, muitos deles usando o nome da Fundação Oswaldo Cruz<sup>xvi</sup>” como fonte da informação. O jornal brasileiro Folha de S. Paulo publicou uma pesquisa, realizada pela agência de *fact-checking* Lupa, desmentindo nove notícias que se referiam desde pessoas comuns até autoridades governamentais e jurídicas brasileiras, veiculadas no Facebook entre os dias 18 a 29 de maio 2020.

Já em Portugal, a atuação do governo com relação à pandemia foi diferente. Desde o início, o governo português procurou preservar a população de possíveis contágios. Já em março de 2020, o governo decretou estado de emergência e também o confinamento, praticamente parando o país. Isso ajudou a deter a aceleração do contágio pelo menos até meados do final do ano. Além disso, o governo português mobilizou seus departamentos, especialmente o de Saúde, para levar à população informações sobre o andamento no número de contágios e mortes diariamente, em redes de televisão. Paralelo a isso, também foram criadas campanhas de conscientização para o distanciamento social e para o uso de máscaras e higienização, com a adoção do álcool em gel como um dos produtos de primeira necessidade.

Entretanto, apesar de todos os cuidados do governo em evitar a desinformação sobre o vírus, foi inevitável o surgimento das *fake news* especialmente nas redes sociais (como veremos na mostra de *fact-checking* do Polígrafo). Foram desde leituras enviesadas de índices de internações e mortes, até descredibilização da vacinação e controle do contágio no país. A pandemia potencializou a veiculação das notícias falsas em Portugal.

Os negacionistas da covid-19 utilizam as redes sociais como meio de disseminação de suas teorias conspiratórias. É na *internet* que essas pessoas divulgam as suas verdades, com vídeos e textos publicados constantemente, numa rápida disseminação. Uma avalanche de informações enganosas, sem contexto, contraditória e dúbia. Além disso, as fontes utilizadas vêm de lugares duvidosos, como estudos não comprovados, testemunhos pessoais ou mesmo revolta de um reduzido grupo de personalidades públicas alinhadas com estas posições.

É assim, usando este registo e discurso, que estas pessoas e grupos em Portugal arrastam milhares de seguidores, que, por sua vez, assumem a função (sempre voluntária, mas nem sempre consciente) de disseminar informações. Um relatório recente da revista médica britânica “The

Lancet” conclui que, nesta fase, 31 milhões de pessoas em todo o mundo seguem grupos antivacina no Facebook e há 17 milhões de pessoas que subscrevem canais no Youtube semelhantes.<sup>xvii</sup>

## 4.1 Certificação de fatos

Com o crescimento da internet especialmente a partir da década de 2000, a certificação dos fatos apurados, num confronto de histórias com dados, pesquisas e registos do grau de verdade das informações antes da publicação, a checagem dos fatos ficou em segundo plano nas atividades do jornalismo. Mesmo sendo esta uma premissa básica no processo produtivo do jornalismo e na elaboração de uma notícia ou reportagem.

O *fact-checking* é o jornalismo constantemente fiscalizando as origens das informações, se certificando da idoneidade delas, se são ou não falsas e se se sustentam ou não. Isso traz relevância à prática porque pauta sua preocupação com a transparência. Também se transforma em instrumento importante para ajudar o jornalismo no momento em que este, lida com uma grande quantidade de informações a partir da necessidade de produção de fatos e notícias para satisfazer a ânsia de informação da *internet*.

Para combater a profusão de notícias falsas, discursos imprecisos e desinformação, agências de *fact-checking* surgiram para atuar na verificação de declarações enganosas ou mentirosas que circulam pelas redes, com o objetivo de contribuir com o discurso da verdade passando a informação a limpo. Em tempos de pandemia, essas informações falsas se proliferaram ainda mais, trazendo desinformação à sociedade. A Organização das Nações Unidas (ONU) considerou as *fake news* sobre o novo coronavírus “mais mortais que qualquer outra desinformação”<sup>xviii</sup>.

No Brasil, país onde há mais telemóveis do que habitantes e onde a sociedade é uma das mais ativas do mundo nas redes sociais – 120 milhões usam *WhatsApp* –, durante o período da pandemia da Covid-19 notícias foram veiculadas nas redes sociais com informações enganosas, ambíguas e falsas. Isso trouxe consequências negativas para a saúde pública, influenciando negativamente na adesão ao distanciamento social durante o confinamento. E as agências de *fact-checking* estão desempenhando um papel importante no desmentido das notícias e informações falsas no Brasil e no mundo.

A chegada da internet foi um grande avanço para a sociedade, mas especialmente para a modificação na produção de conteúdo informativo e também na sua distribuição. A partir da web, a rotina das pessoas foi alterada: a partir de um clique passou a ser possível se comunicar com o mundo. O acesso às informações também foi extremamente facilitado. No entanto, essa facilidade de acesso e a grande produção de conteúdos em menor tempo, trouxeram também problemas para as pessoas. Como lidar com tanta informação ao mesmo tempo? Como selecionar as informações mais importantes para o consumo por parte das pessoas. Castilho (2016) aponta também para o excesso

de informações na web, o que tornou humanamente impossível absorver todas as informações disponíveis ao mesmo tempo.

Junto com essa inquietude informativa vieram à tona alguns outros fenômenos já existentes, sendo então robustecidos diante das facilidades proporcionadas pela internet. É o caso das *fake news*. O fenômeno pode ser conceituado como a distribuição e/ou veiculação de notícias falsas, pelos meios de comunicação, com o intuito de atrair a atenção para desinformar ou obter alguma vantagem política ou econômica. Alguns estudos chegam a atribuir, inclusive, influência no resultado de eleições em países a partir da disseminação de notícias falsas, que teriam potencial para modificar o resultado das eleições e dos votos das pessoas. Foi o caso, por exemplo, da eleição do presidente norte-americano Donald Trump (Allcott & Gentzkow, 2017).

Antes da chegada da internet, a utilização de notícias falsas por algum veículo de comunicação poderia significar a sua própria ruína. Além de enfrentar processos pela divulgação, esses veículos ainda poderiam fatalmente perder a sua credibilidade, perdendo leitores e até mesmo anunciantes a partir da veiculação dessas notícias. Com a internet, a disseminação de notícias falsas se tornou mais fácil, virulenta, barata e muitas vezes difícil de ser rastreada. À vista disso - em tempos de redes sociais -, essas falsas notícias trazem mais curtidas e *likes*, proporcionando visibilidade e mais lucros para seus disseminadores e para seu local de hospedagem, muito antes de serem descobertas e retiradas de circulação.

A pandemia criou uma espécie de disrupção no sistema mediático mundial, promovendo em muitos países, como Portugal e a Europa, algumas condições para um jornalismo de responsabilidade cívica e cidadã. Mas mesmo com essa possibilidade, as notícias falsas proliferaram. Surgiu um fenómeno com contornos coletivos que contrariou o sistema mediático híbrido instalado. Nesse momento de incertezas, a disseminação de conteúdos em sites, em uma esfera de competição, prova nas pessoas dificuldade em distinguir o essencial do acessório e o verdadeiro do falso.

O medo e a desconfiança das pessoas diante da possibilidade de proliferação das notícias falsas – fabricadas intencionalmente, com recurso ao *modus operandi* das notícias tradicionais, e colocadas na *internet* com o intuito de desacreditar adversários às suas ideias e conceitos trazem a importância para a busca de informações confiáveis. Isso levou as pessoas em Portugal em direção ao jornalismo *mainstream*. Casero-Ripollé (2020) diz que “o surto de coronavírus envolveu o reconhecimento do jornalismo como uma instância essencial nas sociedades do século XXI”.

A necessidade de uma informação com credibilidade foi reconhecida pelo governo, DGS e outras instituições como da própria sociedade. Esta realidade é comprovada pelo estudo da Obercom sobre o impacto do coronavírus e da crise pandémica no sistema mediático português e global que salienta o facto de “as audiências históricas de televisão se concentrarem na informação, enquanto o entretenimento, género-âncora fundamental para as marcas portuguesas, ficou pura e simplesmente parado, em termos de produção” (Obercom, 2020).

## 5. Agência Lupa

A Agência Lupa foi a primeira agência de notícias do Brasil a se especializar na técnica jornalística conhecida como *fact-checking*. Seu plano de negócios começou a ser montado em fevereiro de 2015 e, desde novembro daquele ano, quando abriu sua redação no Rio de Janeiro, formou uma equipe de jornalistas que acompanha o noticiário diário no País e tem como objetivo checar informações duvidosas divulgadas.

Desde 2015, a Lupa realiza o trabalho de checagem e análise dos noticiários – quer seja em formato de jornais, revistas, rádios, sites, canais de televisão e redes sociais – abrangendo as áreas da política, economia, cidade, cultura, educação, saúde e relações internacionais, corrigindo as informações imprecisas e divulgando os fatos de forma correta. A agência faz parte da International Fact-Checking Network (IFCN), rede mundial de checadores reunidos em torno do *Poynter Intitute*, nos Estados Unidos.

A Agência Lupa realiza checagem de informações todos os dias sobre informações veiculadas em meios de comunicação. Com uma metodologia própria, a agência elege a frase/conteúdo que será checada, faz um levantamento de tudo o que já foi publicado em todos os meios de comunicação e sites. Depois, empenhadamente se dedica a uma busca nas bases de dados oficiais e, se debruçando sobre eles, inicia o processo de verificação detalhada de informações públicas. Havendo necessidade de saber mais sobre o assunto, a Lupa recorre às Leis de Acesso à Informação (LAI) e/ou às assessorias de imprensa.

Em alguns momentos, profissionais da agência podem ir a campo, se perceberem a necessidade de apuração *in loco*. Para finalizar com seriedade o seu trabalho, o repórter pode recorrer à checagem na ótica apurada de um especialista que contextualizará o assunto evitando erros de interpretação dos dados fornecidos na reformulação da notícia. E “de posse dessas informações em mãos, se solicita a posição oficial daquele que foi investigado, dando-lhe tempo e ampla oportunidade para se explicar”, diz a fundadora da Lupa, Cristina Tardáguila.

Após o criterioso cumprimento da sua metodologia, a Lupa cuida em se certificar de que está a entregar aos seus leitores um texto objetivo, indexando links que o conduzirão pelos caminhos anteriormente trilhados pelo repórter enquanto checador e a entender suas conclusões finais.

O período analisado na Agência Lupa será o mês de junho de 2020, e serão selecionadas as notícias referentes à pandemia da Covid-19. Especificamente no estudo de caso, segundo André (2008), Stake define como “Estudo de caso intrínseco”, quando o pesquisador tem interesse em um caso específico e particular, quanto tem interesse em conhecer melhor um indivíduo, um grupo ou uma organização, visando entender seu funcionamento e suas estratégias de atuação.

## 5.1 Metodologia da Lupa

De acordo com informações no site da Agência, a Lupa costuma esgotar as possibilidades de investigação e checagem das informações, seguindo uma metodologia de trabalho própria, desenvolvida com base em processos de sucesso implantados por plataformas de *fact-checking* no mundo. A metodologia começa com a observação diária do que é dito por políticos, líderes, celebridades, em jornais, revistas, rádios, programas de TV e na internet. A Lupa define três critérios de relevância em suas análises: utiliza as afirmações de personalidades nacionais, assuntos de interesse público e que tenham destaque na imprensa ou na internet recentemente. Preocupa-se, portanto, com “quem fala”, “o que fala” e “que barulho faz”.

A Lupa não investiga opiniões – a não ser quando elas sejam contraditórias – nesse caso levam uma etiqueta, ainda de acordo com seu site. “A Lupa não faz previsões de futuro e não aponta tendências nem avalia conceitos amplos. O objetivo maior é verificar o grau de veracidade de frases que contenham dados históricos, estatísticos, comparações e informações relativas à legalidade ou constitucionalidade de um fato”, diz o site.

A agência também pode verificar a qualidade de produtos e serviços, além da veracidade de anúncios publicitários, slogans e imagens. A partir de maio de 2018, a Lupa ampliou seu trabalho para o campo do *debunking* – verificação de conteúdo publicado por fontes não-oficiais. A ação partiu pela adesão da Agência ao projeto de verificação de notícias (*Third Party Fact-checking Project*) do Facebook. A metodologia de trabalho aplicada ao *fact-checking* e ao *debunking* se assemelham.

Uma vez decidida a frase/conteúdo que será checado, o repórter da Lupa faz um levantamento de “tudo” que já foi publicado sobre o assunto. Consulta jornais, revistas e sites. Depois, se debruça sobre bases de dados oficiais e inicia o processo de garimpo de informações públicas. Na ausência delas ou diante da necessidade de saber mais sobre o assunto a ser checado, o repórter recorre às Leis de Acesso à Informação (LAI) e/ou às assessorias de imprensa. Ainda pode ir a campo, levando consigo os meios tecnológicos que julgar necessários para a apuração: equipamento fotográfico, de áudio ou de vídeo.

Para concluir seu trabalho, o repórter pode recorrer à análise de especialistas para contextualizar o assunto e evitar erros de interpretação de dados. Com tudo isso em mãos, solicita posição oficial daquele que foi analisado, dando-lhe tempo e ampla oportunidade para se explicar. No caso do *debunking*, como se desconhece o autor da informação, esse passo é omitido. Ao cumprir as etapas de sua metodologia, a Lupa se certifica de que entrega a seus leitores um texto objetivo, repleto de links que o ajudarão a reconstruir o caminho percorrido pelo analisador e a entender suas conclusões. Tendo como regra, a Lupa não publica nenhuma informação em *off*, ou seja, não utiliza fontes anônimas em seu trabalho. A agência disponibiliza os links e/ou as imagens de todos os bancos de dados que usa para fazer suas verificações, pois acredita que é o leitor quem checa o analisador.

A Lupa não analisa a intenção de atores públicos ao proferirem informações falsas. Porém, desde janeiro de 2021, a agência se reserva o direito de “apontar mentiras”, identificando em títulos e textos quando vê repetições de falas equivocadas como parte de um comportamento repetido que busca distorcer o debate público. Todas essas informações estão contidas no website da agência Lupa.

## 5.2 Lupa Educação

A Agência Lupa, de acordo com seu site, a tarefa de verificar o discurso público é um desafio que precisa ser compartilhado. A *International Fact-Checking Network* (IFCN), rede que reúne mais de 150 plataformas de checagens em todo o mundo, é robusta, mas não dá conta de fazer frente a um universo cada vez maior de informações falsas e manipuladas – conteúdo que pode até mesmo comprometer o debate democrático e a saúde de seres humanos. Diante da necessidade de ampliar o universo de pessoas aptas a checar dados que, em 2 de abril de 2017, o primeiro Dia Internacional do *Fact-Checking*, a equipe da Lupa decidiu lançar o programa Lupa Educação.

“Trata-se de uma iniciativa que tem por objetivo capacitar cidadãos em técnicas de checagem, e isso fez com que a agência se transformasse na primeira do Brasil a oferecer treinamentos em verificação. Palestras e oficinas – *online e presenciais* – são realizadas pelos jornalistas da Lupa desde então, de forma ininterrupta, em empresas, instituições governamentais e de ensino, situadas em todo o Brasil e até mesmo no exterior”, diz o site.

O Lupa Educação já aconteceu, por exemplo, em Portugal, na Espanha e na Guiné Bissau, na África. No site, a Agência informa que desde 2017, a demanda pelo programa de treinamento em checagem cresceu tanto que o Lupa Educação se tornou uma significativa fonte de recursos para a agência. Tanto que já nos primeiros meses da criação do programa a Lupa foi convidada a ministrar o primeiro curso online e massivo em Língua Portuguesa (MOOC) sobre checagem de dados. O curso gratuito atingiu mais de 2.900 estudantes e foi o quinto MOOC produzido como parte de uma aliança entre o Centro Knight e Associação Nacional de Jornais (ANJ), e o sétimo patrocinado pelo Google. Um recorde de inscrições para um mesmo treinamento até aquele momento.

“A proposta de ensinar pessoas como usar ferramentas e técnicas de *fact-checking* está alinhada à missão da Lupa – de fortalecer o debate democrático e validar os fundamentos das informações através da ampliação do conhecimento. E é com esse desafio em vista que a Lupa convidou educadores de todo o Brasil a se juntar no esforço de multiplicação e na construção de uma sociedade verificadora de dados e discursos”, apregoa a Agência em seu site.

Até julho de 2020, as oficinas do Lupa Educação já tinham treinado mais de 7 mil pessoas. Só por meio do projeto “Democracia Digital – Eleições 2020” foram capacitadas mais de 1,3 mil pessoas entre servidores públicos de 21 Tribunais Regionais Eleitorais, jornalistas e outros representantes de órgãos públicos e da sociedade civil nos estados. Essa iniciativa é uma parceria entre Agência Lupa, Instituto Tecnologia e Equidade (IT&E) e Movimento de Combate à Corrupção

Eleitoral (MCCE), com patrocínio do *WhatsApp*. Além disso, a Lupa também treinou alunos de escolas do ensino médio e estudantes de programa de pós-graduação em jornalismo e empreendedorismo.

Em seus nove primeiros meses de existência, de abril a dezembro de 2017, o Lupa Educação realizou 18 eventos – uma média de dois por mês. Em 2018, o projeto deu um salto. Ofereceu 35 eventos, ou seja, uma média de 3 por mês. Até o final do primeiro semestre de 2020, o programa já contabilizou mais de 160 eventos presenciais e online, em mais de 700 horas de treinamento, atingindo todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, e também o outro lado do Atlântico, com alunos capacitados em Portugal, na Espanha e na Guiné-Bissau.

Tanto o Facebook quanto o Google já apoiaram projetos do Lupa Educação. O FB financiou parte das oficinas de checagem oferecidas durante a edição de 2017 do “Festival Piauí GloboNews de Jornalismo”, bem como o “Circuito Abraji – Lupa”, de 2018. O Google apoiou a criação de parte do projeto Fake ou News, desenvolvido pela agência em parceria com o Canal Futura.

Em 2020, na pandemia do novo coronavírus, o Lupa Educação transformou todos os seus eventos de capacitação presencial em atividades a distância – mantendo o seu compromisso com a educação midiática dentro e fora do país. É o caso do programa FactCheckLab, uma parceria da Agência Lupa com a Embaixada e Consulados dos Estados Unidos no Brasil, que tem por objetivo capacitar jornalistas e estudantes de Jornalismo em produção de conteúdo com uso do *fact-checking*, a fim de incentivá-los a resolver um programa local no lugar onde vivem. Os candidatos das 93 propostas finalistas disputam o prêmio de projetos-destaque, cinco no total, um vencedor de cada região do Brasil. Os últimos workshops online com renomados jornalistas e professores de universidades americanas terminaram no dia 8 de agosto de 2020.

Um dos grandes programas do Lupa Educação em 2018 acabou se tornando permanente: a plataforma Fake ou News, feita em parceria com o Canal Futura e o apoio do Google. No site FakeouNews.org, há conteúdos explicativos que também ajudam aqueles que querem dar os primeiros passos no mundo da checagem. São artigos como “Por que analisar antes de publicar ou compartilhar uma informação?”, “Será que essa informação está dentro do contexto?” e “Nem tudo que se vê (e se ouve) é real”. Também há uma coleção com mais de 20 memes que podem servir para uso em sala de aula ou simplesmente para conversas de *WhatsApp*.

Outros projetos perenes do Lupa Educação, que têm muita procura, são o curso online “Como checar imagens falsas?” e o curso “Verificação de banco de dados públicos para produção de checagem”, oferecidos por meio da plataforma de eventos Sympla.

### **5.3 H1N1 teria matado mais gente do que a Covid-19**

Circulou pelas redes sociais uma publicação afirmando que a gripe A H1N1 teria matado, no ano de 2009, mais pessoas que a Covid-19. A legenda também afirmava que o surto de gripe suína

se originara na China. Por meio do projeto de verificação de notícias, usuários do Facebook solicitaram que o material fosse analisado pelos checadores da Agência Lupa.

E mais a mídia podre ficou de bico calado não falou em isolamento ,nem nada .

Lembrando que o H1N1 tbm veio da China e tbm atacava órgãos vitais como por exemplo: Pulmão



Diz a legenda: “No ano de 2009 a gripe H1N1 matou muito mais gente o que covid19 e o seu governo Lula não te deu 10 centavos. E mais a media podre ficou de bico calado não falou em isolamento, nem nada”.

A informação analisada pela Lupa foi constatada ser falsa. Até o dia 12 de junho de 2020, seis meses desde o início identificado da pandemia de coronavírus, ao menos 418.204 haviam morrido em todo o mundo em decorrência da doença, considerando somente mortes confirmadas pela doença. Entre os meses de março de 2009 e agosto de 2010, período no qual a OMS – Organização Mundial de Saúde considerou a H1N1 uma pandemia, foram registradas 18.449 mortes.

A diferença também é verdadeira no caso brasileiro. A pandemia da Covid-19 causou, até meados de junho, 41.162 óbitos em território brasileiro, contra 2.173 óbitos por conta da gripe suína, como a pandemia de H1N1 foi popularmente conhecida. Considerando somente casos registrados das duas doenças, mais pessoas morreram em virtude do coronavírus no Brasil que em todos os casos somados da pandemia anterior no mundo. A epidemia de H1N1, ou gripe suína, foi a última vez, antes da Covid-19, que a Organização Mundial de Saúde declarou pandemia. O estado de emergência em nível máximo durou entre junho de 2009 e agosto de 2010.

E a legenda complementa:

*“Lembrando que o H1N1 também veio da China”*

Também essa informação recebeu a etiqueta de falsa. A gripe H1N1 teve origem no México, e não na China. Os primeiros registros da doença aconteceram em março de 2009, em um vilarejo no estado de Veracruz. Em abril, casos também foram descobertos na costa oeste dos Estados Unidos, na Califórnia. Em 2016, a Faculdade de Medicina Mount Sinai, nos Estados Unidos, publicou uma investigação a partir do DNA do vírus e confirmou sua origem. O patógeno chegou à população humana, de fato, a partir de suínos do México, segundo apuração da Lupa.

## **5.4 Imagem de homem tentando reanimar avó que faleceu por Covid**

A partir do dia 11 de junho de 2020 começou a circular nas redes sociais imagens de um homem tentando reanimar uma idosa, dentro de um carro, usando técnicas de respiração boca a boca. A legenda da imagem diz que a senhora, que estava com sintomas de Covid-19, morreu por causa da demora no atendimento em uma unidade hospitalar de Minas Gerais. Foi mais uma informação enganosa verificada pela agência Lupa por meio de seu projeto de verificação de notícias.

Imagem emocionante no Brasil, Hoje em MG uma idosa veio a óbito ao esperar o atendimento a idosa apresentava sintomas de covid 19 o que mais impressionou foi a atitude do neto tentando reanimar a vítima com respiração boca boca mais sem sucesso. Veja a atitude do rapaz sem se preocupar que podia contrair o vírus. Isso que é Amor



Legenda da imagem: *“Imagem emocionante no Brasil, Hoje em MG uma idosa veio a óbito ao esperar o atendimento a idosa apresentava sintomas de covid 19 o que mais impressionou foi a atitude do neto tentando reanimar a vítima com respiração boca a boca mais sem sucesso. Veja a atitude do rapaz sem se preocupar que podia contrair o vírus. Isso que é Amor”.*

A informação analisada pela Lupa recebeu a etiqueta de falsa. O registro teria sido feito no dia 8 de junho de 2020, na Cidade do México, pelo fotógrafo Moisés Pablo, da agência de fotografia “Cuartoscuro”. Segundo a legenda que consta no site da agência, uma senhora morreu no automóvel do estacionamento do Hospital Geral da capital mexicana, na área de triagem da Covid-19.

A idosa foi levada pelo neto ao hospital por causa de problemas respiratórios. O jovem disse à agência “Cuartoscuro” que até aquele dia a avó não tinha registrado sintomas prévios de coronavírus. Ao chegar ao hospital, o neto tentou reanimar a senhora com respiração boca a boca, mas sem sucesso. A história foi publicada em jornais de toda a América Latina, a exemplo do “El Clarín” e do “La Nación”, da Argentina, e do diário “Diez”, de Honduras, além de vários veículos mexicanos.

## 5.5 Câmara teria aprovado lei de uso de máscara dentro de casa

Uma informação circulou nas redes sociais que o Congresso Nacional teria aprovado uma lei que obrigava o uso de máscaras dentro de casa e que permitia que agentes violassem os domicílios particulares para fiscalizar se as famílias estavam obedecendo a lei. Através de denúncias, a Agência Lupa realizou um trabalho de verificação para constatar se a informação era falsa ou verdadeira.



A legenda: *“O congresso aprovou uma lei q o obriga a usar máscara dentro de casa e permite q agentes violem seu domicilio p fiscalizar se sua família está obedecendo o Estado. Vão atrás da maior liberdade de todas: o direito de reunião. Violarão a última instância da liberdade: a família”.*

A informação analisada pela Lupa recebeu a etiqueta de falsa. O substitutivo do Senado para o projeto de lei 1562/2020, aprovado na Câmara Federal na terça-feira, dia 9 de junho de 2020, diz que é obrigatório o uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público enquanto durar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19. A casa de alguém não se enquadra nessa definição. Em nenhum momento, o texto fala que os domicílios particulares estão inclusos nesse projeto ou que os agentes públicos poderão violar casas para fiscalizar o uso de máscaras.

A Câmara Federal também confirmou que a informação que circula nas redes sociais é falsa. “Não há nada no texto aprovado que obrigue o uso de máscara dentro de casa ou que fale em invasão domiciliar para fiscalizar e punir a população. O dispositivo ‘demais local fechados’ deve ser, como enunciado pelo projeto, espaço privado acessível ao público, nunca domicílios. Além disso, a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio não pode, em nenhuma hipótese, ser afastada por lei ordinária”, diz a nota da Câmara.

A Lupa ouviu a assessoria do relator do projeto, o deputado federal Gil Cutrim (PDTMA), que admitiu haver uma interpretação errada de uma das partes, que, após listar diversos tipos de espaço privado de acesso público, conclui com a expressão “demais locais fechados em que haja reunião de pessoas”. Pelo Twitter, Cutrim disse que os boatos de que o projeto de lei autorizaria a inviolabilidade do domicílio privado para fiscalizar o uso de máscaras eram *fake news*. “Isso não consta no corpo da lei e ainda por cima é inconstitucional!”, complementou.

A Agência também conversou com dois advogados sobre o tema. Thiago Nunes, da Guimarães e Gallucci Advogados, disse que um espaço privado acessível ao público é o que continua sendo propriedade privada, mas permite a entrada de pessoas mediante o preenchimento de certas condições. Um cinema, por exemplo, seria um espaço desse tipo, pois permite a entrada de pessoas mediante o pagamento de um ingresso. Ou seja, a casa não é um espaço privado de acesso ao público.

Entretanto, para evitar qualquer falta de interpretação, Nunes diz que a substituição da expressão “demais locais fechados em que haja reuniões de pessoas” pela “demais locais fechados acessíveis ao público em que haja reunião de pessoas”, no projeto de lei, sanaria qualquer dúvida.

A advogada Verônica Irazabal, da Mauro Menezes & Advogados, disse ao site da Agência Lupa que é importante lembrar que todo texto legal é objeto de interpretação, mas a atividade do intérprete jurídico está sempre limitada pela Constituição Federal, devendo qualquer conclusão sobre o significado de uma lei estar em harmonia com a ordem constitucional vigente. Ela lembra o artigo 5º, parágrafo XI, da Constituição: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

O Projeto de Lei 1.562/2020, que exige o uso de máscaras em espaços públicos, foi apresentado inicialmente na Câmara, pelo deputado federal Pedro Lucas Fernandes (PTBMA). O texto prevê o pagamento de multa, a ser estabelecida pelo Poder Executivo. Aprovado em 19 de maio, o texto foi votado, então, pelo Senado em 4 de junho de 2020. Os senadores modificaram o texto e incluíram, entre outras coisas, um dispositivo que impede que a população economicamente vulnerável seja multada. Na terça-feira, 9 de junho, a nova versão do projeto foi aprovada pelos deputados, seguindo depois para sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

## 5.6 OMS teria concluído que pacientes assintomáticos não transmitem Covid

Em junho de 2020 circulou nas redes sociais que pacientes assintomáticos não transmitiam o novo coronavírus, que causa a Covid-19. Essa informação começou a ser disseminada após a chefe do programa de emergências da Organização Mundial de Saúde (OMS), Maria van Kerkhove, afirmar em uma entrevista para a mídia internacional<sup>xix</sup> que a transmissão da doença por pacientes sem sintomas de Covid-19 parece ser “rara”.



Legenda: “Urgente! OMS conclui que pacientes assintomáticos não tem potencial de infectar outras pessoas”.

A informação analisada pela Lupa foi etiquetada como falsa. A falsa notícia, sem identificação do autor, se baseia em uma interpretação enganosa de uma afirmação da chefe do programa de emergências da OMS, a epidemiologista Maria van Kerkhove. Na segunda-feira, 8 de junho de 2020, em coletiva de imprensa, Kerkhove declarou que transmissões de Covid-19 por pacientes assintomáticos parecem ser “raras”. Contudo, ela não disse que esses pacientes não têm potencial de infectar outras pessoas. A OMS, posteriormente, esclareceu que essas transmissões são menos comuns, mas não são impossíveis.

Kerkhove esclareceu, por meio de sua conta pessoal no Twitter<sup>xx</sup>, que se referia apenas a pacientes “verdadeiramente” assintomáticos. Isso não inclui pessoas pré-sintomáticas, infectadas pelo vírus e que ainda não desenvolveram a doença, e pessoas com sintomas leves, que podem não

perceber estar doentes, mas desenvolvem sintomas como tosse ou coriza. A diretora reafirmou a importância do uso de máscaras em áreas públicas. Em nenhum momento ela questionou a eficácia de políticas de isolamento social.

A afirmação da diretora foi criticada pela comunidade científica. Um dos principais pesquisadores da área, o norte-americano Ashish K. Jha, ressaltou que existem estudos que mostram que entre 40% e 60% das transmissões da doença ocorrem por pacientes sem sintomas – embora a proporção de casos verdadeiramente assintomáticos, em oposição a pré-sintomáticos e com sintomas leves, seja desconhecida. No seu entendimento, a representante da OMS falhou em não deixar claro inicialmente que estava falando apenas dos casos verdadeiramente sem sintomas.

A assessoria de imprensa da OMS informou, em nota<sup>xxi</sup>, que pacientes assintomáticos podem transmitir o vírus da Covid-19. Contudo, a possibilidade de transmissão é menor. Além disso, estudos são mais difíceis de realizar nesses casos. “Estudos abrangentes sobre transmissão por pessoas assintomáticas são difíceis de realizar, mas as evidências disponíveis com base no rastreamento de contatos por países indicam que indivíduos infectados e assintomáticos têm muito menos probabilidade de transmitir o vírus quando comparados a pessoas com sintomas”, disse a entidade.

A OMS cita estudos que mostram transmissão da doença por pessoas assintomáticas ou pré-sintomáticas. Em um deles, pesquisadores chineses analisaram 63 indivíduos infectados assintomáticos, e verificaram que nove deles infectaram outras pessoas. Outro, sobre pacientes pré-sintomáticos, mostrou que, em 6,4% dos casos, esses indivíduos transmitiram a doença para terceiros antes de desenvolverem a doença. Há, porém, levantamentos também limitados em que nenhum paciente sem sintomas transmitiram a doença. Pacientes assintomáticos são aqueles que não apresentaram e nem vão apresentar sintomas da doença – como tosse, febre e dificuldades respiratórias.<sup>xxii</sup>

Não foi a primeira vez que a Lupa desmentiu essa informação. Em abril, o site do Ministério da Saúde informava equivocadamente que pacientes sem sintomas não transmitiam Covid-19. Na época, a agência classificou como falso esse conteúdo. O Ministério da Saúde corrigiu a informação e alegou que o conteúdo tinha sido publicado no início da pandemia, quando ainda se acreditava que esse tipo de transmissão não ocorria.

## **5.7 Miracatu (SP) desceu a zero fila de leitos de UTI com protocolo de ‘tratamento precoce’**

Circulou em abril de 2020 por grupos de WhatsApp que o prefeito de Miracatu (SP), Vinícius Brandão (PL) adotou o “tratamento precoce” contra a Covid-19 e, por essa razão, a fila por leitos de UTI no município desceu a zero. Por WhatsApp, leitores da Lupa sugeriram que esse conteúdo fosse analisado.

A informação analisada pela Lupa é falsa. Não existe nenhum hospital em Miracatu (SP) e tampouco leitos de UTI disponíveis para pacientes com Covid-19. Pessoas com quadros graves da doença que precisam de terapia intensiva e internação são encaminhados para hospitais em cidades próximas, como Registro, a 58 quilômetros de distância. Miracatu, localizada na região do Vale da Ribeira, tem uma população estimada em 19,6 mil habitantes e conta apenas com uma unidade de pronto atendimento. Os outros estabelecimentos de saúde do município são Unidades Básicas de Saúde e núcleos de Estratégia de Saúde da Família, além de laboratórios e clínicas que não têm estrutura para internar doentes graves pelo novo coronavírus.



Segundo um boletim epidemiológico divulgado pela prefeitura, divulgado no dia 30 de abril de 2020, 93 pessoas estavam em isolamento ou internadas em razão do novo coronavírus. Uma semana antes, em 23 de abril de 2020, 59 pessoas estavam nessa situação. Os boletins não detalharam

onde essas pessoas estariam internadas ou isoladas ou qual a gravidade. Contudo, duas pessoas morreram nesse período. No site oficial também não há qualquer informação sobre leitos de UTI.

A Lupa entrou em contato com a prefeitura e questionou detalhes sobre as internações, bem como informações sobre o protocolo de tratamento contra a Covid-19. Ao longo de três dias, não obteve nenhuma resposta. Por telefone, a assessoria de imprensa afirmou que a administração municipal não se pronunciaria sobre esse assunto.

Vale destacar que o encaminhamento de enfermos graves de Miracatu para hospitais de outros municípios é feito por meio da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (Cross), um programa da secretaria estadual de Saúde de São Paulo que regula a oferta hospitalar no estado. Em novembro do ano passado, por exemplo, o governo estadual disponibilizou um veículo para transporte de pacientes de Miracatu para outras cidades.

Segundo dados do governo de São Paulo, nos dias 21 e 22 de abril Miracatu teve a média de casos registrados de Covid-19 mais alta de toda a pandemia: 23,5 novas ocorrências por dia. Já o número absoluto mais alto de casos ocorreu nesta terça-feira (27): 61 casos novos. Desde o início do mês, foram registradas cinco mortes na cidade, que tem apenas 19,6 mil habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A média de óbitos no município é de 241 para cada cem mil habitantes, consideravelmente mais alta do que a média nacional (191 por cem mil) e estadual (208 por cem mil). Não há dados sobre ocupação de leitos de UTI nessa base de dados.

## **5.8 ‘Estudo’ da prefeitura de Sorocaba não comprovou a ‘eficácia de 99%’ do ‘tratamento precoce’**

Circulou em 2020 pelas redes sociais, sem autoria comprovada, que a prefeitura de Sorocaba, município no interior de São Paulo, realizou um estudo sobre “tratamento precoce” em pacientes com Covid-19. O resultado foi que 99,19% das pessoas monitoradas se recuperaram da doença — o que comprovaria a eficácia de medicamentos como ivermectina e azitromicina. Por meio do projeto de verificação de notícias, usuários do Facebook solicitaram que esse material fosse analisado.



A informação analisada pela Lupa foi definida como exagerada. Embora a secretaria de Saúde de Sorocaba tenha acompanhado 123 pessoas com suspeita de Covid-19 medicadas com azitromicina e ivermectina, esse levantamento não prova que o tratamento foi responsável pela cura de 99% dos casos observados. Essa ação da prefeitura não seguiu uma metodologia científica adequada, e sequer pode ser considerada um estudo. Vale pontuar, ainda, que a ampla maioria dos casos de Covid-19 não evolui para quadros graves, com ou sem medicação.

A prefeitura de Sorocaba publicou um comunicado dizendo que monitorou 123 casos suspeitos de Covid-19 que foram tratados com ivermectina e azitromicina. Segundo o relato, que viralizou nas redes sociais e foi noticiado em sites como o Gazeta Brasil, o grupo de pessoas respondeu, por telefone, a um questionário sobre quais medicamentos usou, fatores de risco, melhora clínica com o “tratamento” e se teve necessidade de internação ou de serviço de urgência. Parte dos casos nem sequer foi confirmada como Covid-19.

Dentre as 123 pessoas observadas, uma morreu — de acordo com a prefeitura, ela “tinha tomado um comprimido das medicações e já era um caso moderado quando procurou a unidade de saúde”. Com base nessas informações, a secretaria de Saúde chegou ao resultado de “99%” de eficácia do tratamento.

No primeiro comunicado divulgado pela sua assessoria de imprensa<sup>xxiii</sup> a prefeitura de Sorocaba se referiu ao levantamento como um “estudo”. Posteriormente, alterou a palavra para “levantamento”. Por fim, deletou o conteúdo do site.

Segundo o professor de Medicina Baseada em Evidências, o cardiologista José Alencar, a nota da prefeitura não tem valor científico e não serve como argumento de que o ‘tratamento precoce’ funciona. “Há diversos fundamentos da Medicina Baseada em Evidências e das boas práticas em pesquisa clínica que não foram observadas neste caso”, explicou, pelo *WhatsApp*<sup>xxiv</sup>.

“Não se pode excluir a possibilidade de um viés de seleção, que ocorre quando o pesquisador seleciona [um grupo de] indivíduos não compatíveis com [a distribuição demográfica] a vida real. Ou seja, eram muito jovens? Tinham PCR positivo ou apenas sorologia? Tinham comorbidades? Esse dado é o mínimo que devemos saber para interpretar o resultado”, diz.

Mesmo que esse levantamento venha a ser publicado após revisão por pares em revista científica, Alencar afirmou que, ainda assim, não teria poder confirmatório suficiente para atestar benefício. “Isso porque estudos do tipo ‘observacionais’, como esse (se for publicado) são considerados apenas ‘geradores de hipóteses’ e não ‘confirmadores’, exatamente pelo risco elevado de viés e de manipulação”, disse.

A maioria das pessoas infectadas pelo novo coronavírus desenvolve apenas sintomas leves. Aproximadamente 15% podem desenvolver sintomas graves, que requerem suporte de oxigênio, e cerca de 5% podem apresentar a forma crítica, com complicações como falência respiratória, por exemplo. No Brasil, a taxa de letalidade dos casos confirmados é atualmente de 2,7%. “Eu costumo usar o exemplo das bolinhas em uma urna. É como colocar a mão em uma urna com 1000 bolinhas, onde 975 são azuis e 25 vermelhas. Se pegar uma vermelha, morre. É um risco individualmente baixo. Mas, em termos populacionais é uma tragédia”, exemplificou Alencar.

Em entrevista à Lupa, a professora do Departamento de Farmacologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Ana Paula Herrmann, explicou que a maioria das pessoas infectadas melhora em até 48 horas<sup>xxv</sup>. “A Covid-19 é uma infecção viral aguda que se resolve espontaneamente na maioria dos casos, embora em alguns possa ser fatal. A melhora espontânea já é esperada para a maioria dos pacientes.” Isso significa que pessoas que tomam medicamentos como ivermectina ou hidroxicloroquina tem uma alta probabilidade de se recuperarem da Covid-19, caso contraíam a doença — não porque os remédios são eficazes, mas porque, na maioria dos casos, o paciente se cura sem medicação.

Procurada pela Lupa, a prefeitura de Sorocaba informou, por e-mail, que o que foi divulgado não foi um estudo e, sim, um “monitoramento telefônico realizado pela secretaria da Saúde com pacientes com sintomas da Covid-19, após 10 dias do início do tratamento”<sup>xxvi</sup>. Segundo a nota, participaram da amostra 123 pacientes de diferentes características, gêneros e idades e, em comum, tiveram receitados os medicamentos que compõem o “tratamento precoce”. Sorocaba adotou essa

medida e moradores podem retirar o chamado “kit covid”, composto pelos medicamentos ivermectina, azitromicina, paracetamol e dipirona, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da cidade.

Até o momento, não existem evidências conclusivas de que a ivermectina e a azitromicina sejam eficazes como profilaxia ou como tratamento precoce e tardio da doença. Sobre o antiparasitário, a última atualização da Organização Mundial da Saúde (OMS) acerca das opções terapêuticas contra a Covid indica que ainda existem “incertezas sobre os benefícios e danos potenciais” do antiparasitário e que “mais pesquisas são necessárias”. Já sobre o antibiótico, o relatório da OMS apontou que “provavelmente não reduz a mortalidade e nem o tempo de resolução dos sintomas”.

## 5.9 Inglaterra vacinou quase 25% da população adulta; Brasil, cerca de 7%

Circulou no Facebook da empresa RC TV Interativa que, no dia 21 de abril de 2021, mais pessoas tinham recebido a segunda dose da vacina contra Covid-19 no Brasil do que na Inglaterra. Por meio do projeto de verificação de notícias, usuários do *Facebook* solicitaram que esse material fosse analisado.

facebook.com/rctvinterativaoficial/posts/1950307655125224

Pesquisar no Facebook

Página inicial Avaliações Vídeos Mais

Curtir Mensagem

RC TV Interativa está com Roberto Carlos De Jesus Oliveira. 24 de abril às 21:48

O Brasil ultrapassou a Inglaterra em aplicações da segunda dose de vacinas contra a covid-19.

De acordo com os dados apresentados pelo governo do país europeu, até a meia-noite do dia 20 de abril, 8,7 milhões de ingleses haviam recebido a última aplicação do imunizante.

No Brasil, essa condição corresponde a 9 milhões de pessoas — conforme a atualização do Ministério da Saúde na manhã de quarta-feira, 21, feita às 7 horas.

#DEUSACIMADETUDO #BRASILACIMADETODOS #VotoImpressoJá #VotoImpressoAuditavel #votoimpresso2022 #votoimpresso #BiaKicis #BiaKicisNoCCJ #ForaRuiCosta #ForaPTralhas #ForaSTFVergonhaMundial #ForaSTFdaVergonhaNacional #ForaSTFurgente #pandemia #lockdown #brasil #bolsonaro #BolsonaroOrgulhodoBrasil #BolsonaroReeleito #bolsonarotemrazão #coronavirus #FechadosComBolsonaroAte2026 #FechadoComBolsonaro #VacinaJá #vacinasim #vacina #CoronaVac #AstraZeneca #astrazenecaoxford

**VACINAÇÃO:**

**Brasil ultrapassa a Inglaterra em aplicações da segunda dose de vacinas**

**No Brasil, essa condição corresponde a nove milhões de pessoas**

RC TV

Informe-se na COVID-19: Central de Informações sobre recursos da vacina. Obter informações sobre vacinas

454 43 comentários 416 compartilhamentos

A informação analisada pela Lupa é verdadeira, mas exige contextualização. Embora o número absoluto de vacinas aplicadas seja, neste momento, maior no Brasil, considerando a população de ambos os países, a vacinação está consideravelmente mais avançada na Inglaterra e no resto do Reino Unido.

Em 21 de abril de 2020, data citada no *post*, 9.346.865 pessoas estavam completamente vacinadas na Inglaterra. Isso corresponde a 21,1% da população com mais de 18 anos no país, segundo site oficial do governo do Reino Unido. Em 26 de abril, data mais recente com dados disponíveis, eram 11.041.619, ou 24,9% da população adulta. Nos outros países que compõem o reino, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, a vacinação está em patamar semelhante.

Já no Brasil, 10.577.429 de pessoas estavam completamente vacinadas em 21 de abril, segundo o Ministério da Saúde. Contudo, isso representa somente 6,45% da população com mais de 18 anos do país — 164 milhões de pessoas, segundo estimativa do IBGE. No dia 26, esse número tinha subido para 11.727.091, ou 7,1%. Além disso, no momento, a situação da Inglaterra é bem menos grave que a do Brasil. Na data citada no *post*, 21 de abril, 20 mortes por Covid-19 foram registradas no país. No Brasil, foram 3.472.

## 6. Polígrafo

O Polígrafo é um projeto jornalístico online português que tem como principal objetivo “apurar a verdade – e não a mentira - no espaço público”. Segundo seu estatuto editorial, “não é um inimigo dos protagonistas que avalia – é um amigo dos leitores e um defensor das virtualidades da democracia liberal”.

Define-se como um jornal “profundamente vocacionado para a utilização das novas tecnologias na atividade jornalística”. O seu ADN está na criação de soluções inovadoras que permitam chegar melhor e mais depressa à verdade e encurtar a distância entre o jornalismo e os leitores. Ainda segundo seu estatuto editorial, o jornal não possui uma agenda político-ideológica. Os jornalistas do quadro do Polígrafo não são militantes de qualquer partido político, segundo a publicação.

Segundo informações no seu site, a publicação fundamenta os seus textos em fontes credíveis, partilhando, sempre que possível, links, vídeos, fotografias, documentos ou outro material que possa contribuir para clarificar a discussão em curso. Também não aceita fontes anónimas. “Entre publicar um artigo baseado numa fonte não identificada ou não o publicar, o Polígrafo escolhe sempre a segunda opção”, diz o site. As análises do Polígrafo ocorreram entre março e junho de 2021.

## 6.1 O método do Polígrafo

A equipe do Polígrafo acompanha diariamente um conjunto de personalidades cujas intervenções têm relevância pública. A publicação fala de políticos, de comentadores, de “influenciadores”, de artistas e até de agentes do meio desportivo. O critério é sempre o que resulta do cruzamento da projeção das suas palavras e do interesse público que elas representam.

O Polígrafo não avalia jornais ou jornalistas – analisa os protagonistas das notícias, o que é diferente. A partir do momento em que o Polígrafo, com base nestes pressupostos, decide “checar” uma informação, há cinco passos que devem ser cumpridos:

1. Consultar a fonte original da informação;
2. Consultar fontes de natureza documental que possam solidificar o processo de checagem;
3. Ouvir os autores da afirmação, dando-lhes o direito de a explicar;
4. Contextualizar a informação;
5. Avaliar a informação de acordo com uma escala de avaliação.

## 6.2 A escala de avaliação

As melhores práticas do *fact-checking* mundial vão no sentido de uma vez realizado um fact-check, classificar o seu grau de veracidade em função de uma escala. É o que fazem jornais de referência como os norte-americanos Politifact e Washington Post, o argentino Chequeado ou os brasileiros Agência Lupa e Aos Fatos. A escala adotada pelo Polígrafo tem sete níveis:

1. Verdadeiro: Quando a declaração analisada é totalmente verdadeira.
2. Verdadeiro, mas...: Quando a declaração analisada é estruturalmente verdadeira, mas carece de enquadramento e contextualização para que seja totalmente percebida.
3. Impreciso: Quando a informação contém elementos que distorcem, ainda que de forma ligeira, a realidade.
4. Descontextualizado: Quando a informação é retirada do seu contexto real com o objetivo de lhe dar um sentido sem sustentação factual.
5. Manipulado: Quando a informação - sobretudo em formato de imagem - é trabalhada, por exemplo, através do recurso a ferramentas de edição de imagem, com a finalidade de a distorcer.
6. Falso: Quando a afirmação é comprovadamente errada.
7. Pimenta na Língua: É o grau máximo de falsidade. Esta classificação só é atribuída quando a informação avaliada é escandalosamente falsa ou é uma sátira, publicada num espaço satírico.

Tal como acontece com as organizações de referência do fact-checking mundial, o Polígrafo subscreve o Código de Princípios da International Fact-Checking Network.

Abaixo, o código de princípios do (retirado de seu site):

1. Compromisso com o não-partidarismo e com a justiça

Os signatários analisam as declarações utilizando o mesmo padrão para todos os *fact-checks*. Não concentram a sua prática de verificação dos factos num ou noutro lado. Seguem o mesmo processo para cada *fact-check* e deixam as evidências ditar as nossas conclusões.

Não tomam partido relativamente aos assuntos que verificamos.

2. Compromisso com a transparência das fontes

Os signatários pretendem que os seus leitores possam verificar as conclusões por si próprios. Fornecem informação sobre todas as fontes com detalhe suficiente para que os leitores possam replicar o trabalho, exceto em casos em que a segurança pessoal de uma fonte possa ficar comprometida. Nesses casos, fornecem o maior número de detalhes possível.

3. Compromisso com a transparência do financiamento

Os signatários são transparentes em relação às fontes de financiamento. Se aceitam financiamento de outras organizações, garantem que os financiadores não têm qualquer influência nas conclusões a que chegam nos seus artigos. Detalham o perfil profissional de todas as figuras chave da sua organização, e explicam a sua estrutura organizacional e estatuto legal. Indicam claramente aos leitores uma forma de comunicarem com a organização.

4. Compromisso com a transparência da metodologia

Os signatários explicam a metodologia que usam para selecionar, investigar, escrever, editar, publicar e corrigir os *fact-checks*. Estimulam os leitores a enviar declarações para verificar e são transparentes sobre porque e como investigam.

5. Compromisso com correções abertas e honestas

Os signatários publicam a sua política de correções, que seguem escrupulosamente. Corrigem de forma clara e transparente, em linha com a sua política de correções, procurando ao máximo assegurar que os leitores veem a versão corrigida.

### 6.3 A política de correções

Sempre que o Polígrafo erra, corrige o erro de forma muito visível, comprometendo-se a republicar o conteúdo já corrigido no mais curto espaço de tempo possível e com igual destaque ao que foi dado ao texto original. Por exemplo, se o artigo em causa foi manchete na Homepage, a correção também será colocada em manchete, com a indicação que se trata de uma atualização de um texto que continha uma incorreção.

Na correção deve estar muito claramente identificado qual foi o conteúdo que se verificou estar incorreto, bem como a hora a que a mesma foi efetuada. Se, na sequência da correção, se justificar uma mudança da avaliação da informação, ela será feita.

Todos os pedidos de correção são analisados, independentemente de estar em causa um pequeno ou um grande erro. Isto porque o Polígrafo está à disposição dos leitores sem qualquer reserva, seja para retificar uma informação, seja para enriquecer um conteúdo já existente. O contacto pode ser feito através das várias plataformas em que o projeto se encontra presente (site, Twitter, Facebook e Instagram) ou diretamente, através de um email.

### 6.4 Estrutura acionista e financiamento

Segundo consta no site do Polígrafo, o Emerald Group é uma organização que está sediada no Dubai, com representações em Londres, Lisboa e Luanda. Liderado por N'Gunu Olívio Noronha Tiny – advogado nascido em Angola, banqueiro e académico de prestígio, licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, investigador na London School of Economics *Visiting Scholar* da Harvard Law School -, o Emerald Group é composto por 3 clusters repartidos por áreas de negócio:<sup>xxvii</sup>

Ainda de acordo com o site, Emerald Capital é o braço financeiro do Grupo, focado na identificação de oportunidades de investimento, estruturação e financiamento de transacções financeiras em diversos sectores que vão do Imobiliário à banca de retalho. Também há Emerald Services, focada na prestação de serviços de consultoria estratégica e operacional com especial enfoque no sector da construção, imobiliário e saúde; e o Emerald Resources – especializada em investimentos e financiamentos no sector dos recursos naturais (petróleo, gás e mineração) e comercialização de *commodities*.

Participação no capital: 30%

## **Fernando Esteves**

Jornalista há 25 anos, trabalhou nos jornais "Euronotícias" e "O Independente", a que se seguiu a revista "Sábado", onde foi editor da secção de Política entre 2005 e 2017, e a revista "Visão", onde manteve uma coluna de opinião até Outubro de 2018. Licenciado e pós-graduado em Ciências da Comunicação, deu aulas de jornalismo em várias universidades entre os 23 e os 33 anos. Jornalista premiado, nomeadamente pelas suas investigações jornalísticas sobre os negócios duvidosos no sector da saúde, apresentou o programa televisivo "Clube de Jornalistas". É autor de quatro livros:

"O Todo-Poderoso", uma biografia não oficial do ex-político socialista Jorge Coelho; "Cercado - os dias fatais de José Sócrates", um dos livros de não-ficção mais vendidos de 2015, "A Sangue Frio", também sobre a "Operação Marquês", onde são investigadas algumas das figuras mais importantes da sociedade portuguesa dos últimos 25 anos, e "Viral - a Epidemia das Fake News e a Guerra da Desinformação", este em co-autoria com Gustavo Sampaio, diretor-adjunto do Polígrafo (retirado do site do Polígrafo).

Participação no capital: 70%

O Polígrafo é um projeto que opera no sector privado. As suas fontes de receita resultam dos investimentos publicitários captados no âmbito da parceria comercial que mantém com o portal Sapo, bem como de outras parcerias de natureza editorial, como a que realizou em 2019 com a Fundação Francisco Manuel dos Santos a propósito de vários ciclos temáticos de conferências organizados por aquela entidade não lucrativa, ou como a que mantém com o Facebook no âmbito do programa Third Party.

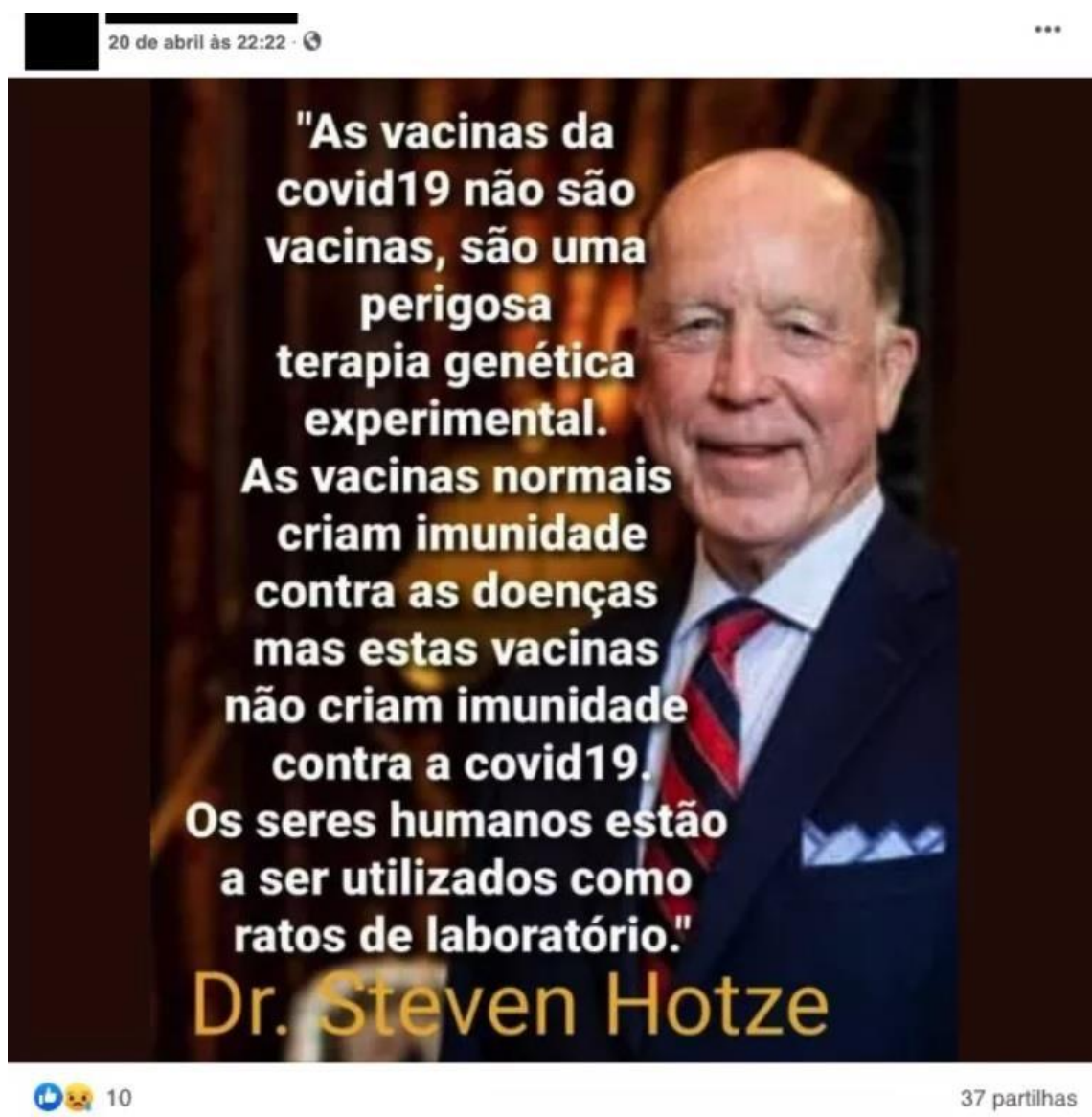
No ano de 2019, as fontes de receita do Polígrafo, em percentagem, foram as seguintes:

- Parcerias editoriais com entidades nacionais e internacionais - 77,71%
- Publicidade - 22,29%

Os valores foram investidos, na sua maioria, na garantia dos salários dos profissionais que trabalham na empresa quer a tempo inteiro quer em regime de freelance. Também investimos na aquisição de material multimédia e na produção jornalística propriamente dita, com tudo o que a mesma supõe: realização de viagens, compra de fotografias, acessos a bancos de imagens, etc. (retirado do site do Polígrafo).

## 6.5 Vacinas contra a Covid-19 são uma “perigosa terapia genética experimental”?

Uma publicação sem identificação de autor com uma declaração anti-vacinas contra a Covid-19, atribuída ao médico norte-americano Steven Hotze, tem sido partilhada no Facebook. Na frase é garantido que estas vacinas são uma “perigosa terapia genética experimental”. "As vacinas da Covid-19 não são vacinas, são uma perigosa terapia genética experimental. As vacinas normais criam imunidade contra doenças, mas estas vacinas não criam imunidade contra a Covid-19. Os seres humanos estão a ser utilizados como ratos de laboratório", lê-se na declaração atribuída a Steven Hotze. As palavras surgem escritas a branco por cima de uma fotografia do alegado autor da afirmação.



Steven Hotze é um médico norte-americano, fundador e diretor executivo da clínica *Hotze Health & Wellness* em Houston, no Texas. Contudo, a *Food and Drugs Administration* (FDA) dos Estados Unidos já enviou uma carta a Hotze por vender e promover produtos não aprovados, alegando que protegem contra a Covid-19. "Pedimos que que cesse imediatamente a venda de produtos não aprovados e não autorizados de mitigação, prevenção, tratamento, diagnóstico ou cura da Covid-19", lê-se no documento. Outros jornais de *fact-checking* como a *AFP Fact-Check*, o *Newtral.es* e o *Estadão Verifica*, já analisaram afirmações de Steven Hotze, incluindo esta declaração partilhada num vídeo publicado pelo próprio médico nas redes sociais.

A FDA define terapia genética como "uma técnica que modifica os genes de uma pessoa para tratar ou curar uma doença". No entanto, como já foi explicado pelo Polígrafo, as vacinas não transformam geneticamente os organismos. Na altura, Alexandra Moreira, investigadora do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar e do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde, assegurou que "nós não somos geneticamente modificados pela vacina. O mRNA nunca vai integrar o DNA. O DNA está compactado nos cromossomas, é aí que está a nossa informação genética, mas o mRNA é um outro módulo completamente diferente e não vai integrar o nosso DNA. Não vamos ser organismos geneticamente modificados de forma nenhuma".<sup>xxviii</sup>

Além disso, as autoridades de saúde da União Europeia (UE), nomeadamente a Agência Europeia do Medicamento (EMA), já aprovaram as vacinas da Pfizer/BioNTech, Moderna, Astrazeneca e Janssen, considerando-as seguras. Numa outra verificação de factos do Polígrafo a uma declaração semelhante, Ricardo Mexia, presidente da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública, assegurou que "em relação às vacinas, os protocolos são claros e os reguladores avaliaram os dados. Estão licenciadas para uso de emergência. Não há dúvida nenhuma. Cumpriram os perfis de segurança e, até agora, com milhões de vacinas administradas, nada mudou".<sup>xxix</sup>

Relativamente à afirmação de que "estas vacinas não criam imunidade contra a Covid-19", a FDA garante que as vacinas ajudam o organismo "a desenvolver imunidade contra o vírus que causa a Covid-19, sem que para isso seja preciso contrair a doença". Em suma, confirma-se que a frase foi proferida pelo médico norte-americano Steven Hotze, mas as informações que são transmitidas são falsas.

Nota editorial do Polígrafo: "este conteúdo foi selecionado pelo Polígrafo no âmbito de uma parceria de *fact-checking* (verificação de factos) com o Facebook, destinada a avaliar a veracidade das informações que circulam nessa rede social. Na escala de avaliação do Facebook, este conteúdo é: Falso: as principais alegações dos conteúdos são factualmente imprecisas; geralmente, esta opção corresponde às classificações "Falso" ou "Maioritariamente Falso" nos *sites* de verificadores de factos. Na escala de avaliação do Polígrafo, este conteúdo é: Falso."<sup>xxx</sup>

## **6.6 Taxa de ocupação dos hospitais públicos foi menor durante a pandemia do que em 2019?**

Está a ser difundida nas redes sociais uma citação atribuída a António Ferreira, médico internista e ex-presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de São João, no Porto. "A taxa de ocupação dos hospitais públicos foi, em 2020, em plena pandemia, significativamente menor do que tinha sido em 2019", terá afirmado. A citação é autêntica? E os dados oficiais confirmam tal alegação? <sup>xxxi</sup>

"A taxa de ocupação dos hospitais públicos foi, em 2020, em plena pandemia, significativamente menor do que tinha sido em 2019. Em pleno pico da pandemia, em janeiro de 2021, a taxa de ocupação dos hospitais públicos foi menor do que nos períodos homólogos de 2019 e 2020. Comparando mês a mês, em todos os meses do período pandémico, a taxa de ocupação dos hospitais públicos portugueses foi menor do que em igual período do ano anterior".

A citação transcrita acima é atribuída a António Ferreira, médico internista e ex-presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de São João, no Porto, em post de 24 de abril no Facebook

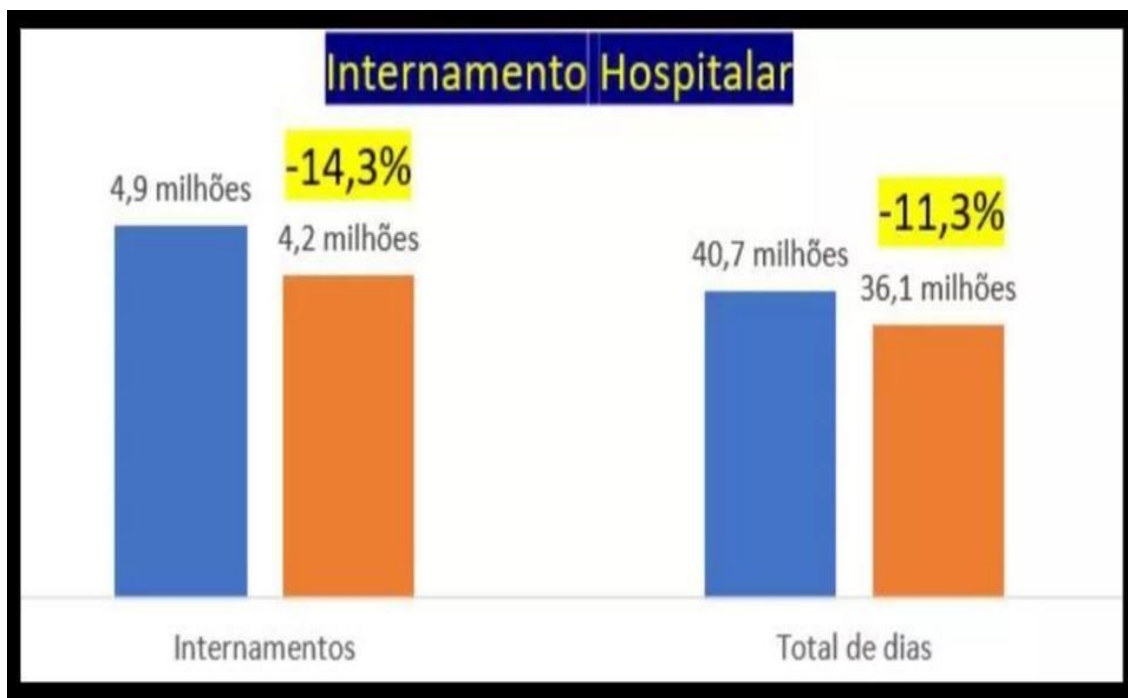
Contactado pelo Polígrafo, o próprio António Ferreira, atualmente professor na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, confirma a autenticidade da citação e esclarece que as suas conclusões resultam de uma análise que fez com base nos dados que estão registados no Portal da Transparência do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e no *site* da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS).

"O total de internamentos, incluindo internamentos Covid-19 e não-Covid-19, foi de 4,9 milhões em 2019 e 4,2 milhões em 2020 - indicam os dados do Portal da Transparência. O total de dias foi de 40,7 milhões em 2019 e 36,1 milhões em 2020, o que dá uma taxa de ocupação menor em 2020 do que em 2019. Isto é particularmente marcado nos grandes hospitais", afirma o médico internista, remetendo ao Polígrafo os gráficos que elaborou na análise dos dados.



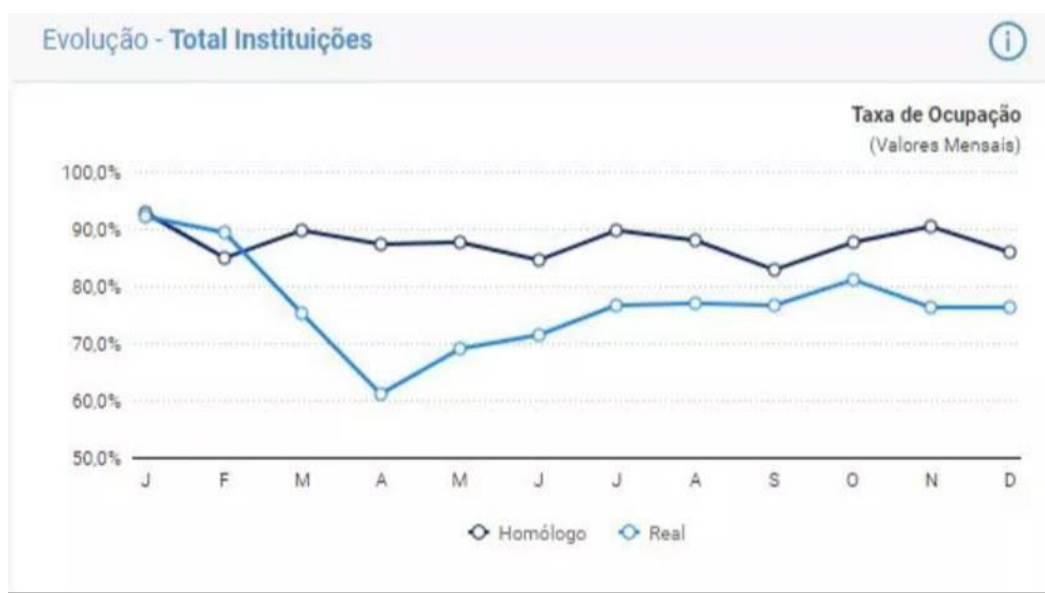
Os dados indicados por António Ferreira estão em linha com os números disponibilizados no Portal da Transparência. Na análise de atividade de internamento hospitalar, a soma de doentes saídos de internamento em 2019 é de 4.929.261, um valor que em 2020 desce para 4.228.734. No que respeita à soma dos dias de internamento, verifica-se também uma diminuição: o valor referente a 2019 é de 40.737.186 e em 2020 é de 36.126.837.

Quanto à taxa de ocupação das camas hospitalares, confirma-se também que a partir de março de 2020 - mês em que foram identificados os primeiros casos de Covid-19 em Portugal - houve uma tendência decrescente. António Ferreira explica ao Polígrafo que, na sua análise, selecionou apenas os hospitais que estiveram afetos ao tratamento da Covid-19, retirando os hospitais psiquiátricos, de reabilitação, de serviços oncológicos, entre outros.



No entanto, mesmo no gráfico mais geral do Portal da Transparência do Serviço Nacional de Saúde<sup>xxxii</sup>- que inclui todos os hospitais públicos -, a tendência decrescente mantém-se visível. Entre março de 2020 e janeiro de 2021 registaram-se valores inferiores de internamentos em relação ao período homólogo.

A diferença é ainda mais fácil de observar no gráfico disponibilizado pela ACSS, no qual se compara a taxa de ocupação de todas as instituições registada em 2020 e em 2019. Torna-se evidente que a taxa de ocupação real durante a pandemia foi inferior ao período homólogo, com a tendência decrescente a acentuar-se a partir do mês de março.



Comparando os dados referentes ao mês de janeiro de 2021 - que correspondeu ao maior pico da pandemia em Portugal - com o mesmo mês dos dois anos anteriores, também se confirma a validade da conclusão de António Ferreira: em 2019, a média da taxa anual de ocupação em internamento (de todos os hospitais) era de 93,3%, em 2020 era de 92,9% e em 2021 baixou para 81,5%.

"Isto foi anunciado como o colapso dos hospitais e não se foi capaz de fazer o que se devia ter feito no início que era instituir uma monitorização em tempo real de todas as vagas hospitalares, utilizando os sistemas informáticos. Os responsáveis não quiseram saber e, por isso, foram incapazes de saber o que se estava a passar nos hospitais, reagiam em função do alarmismo que era criado em cada situação episódica que ia acontecendo. Foram tomando medidas para tentar garantir vagas, diminuindo a assistência a outras pessoas e originando consequências no futuro", critica António Ferreira.<sup>xxxiii</sup>

Na sua perspetiva, a diminuição do número de internamentos resulta do "somatório da paragem dos cuidados primários de saúde e da referenciação hospitalar; da paragem da atividade cirúrgica programada, decidida pelas entidades oficiais nos hospitais, que levou a muito menos atividade assistencial nos hospitais; e à associação do receio induzido pelo medo propagandeado colocado nas pessoas que passaram a ter medo de recorrer aos serviços de saúde, que é muito bem demonstrado por uma redução no número de episódios de urgência de 28%".

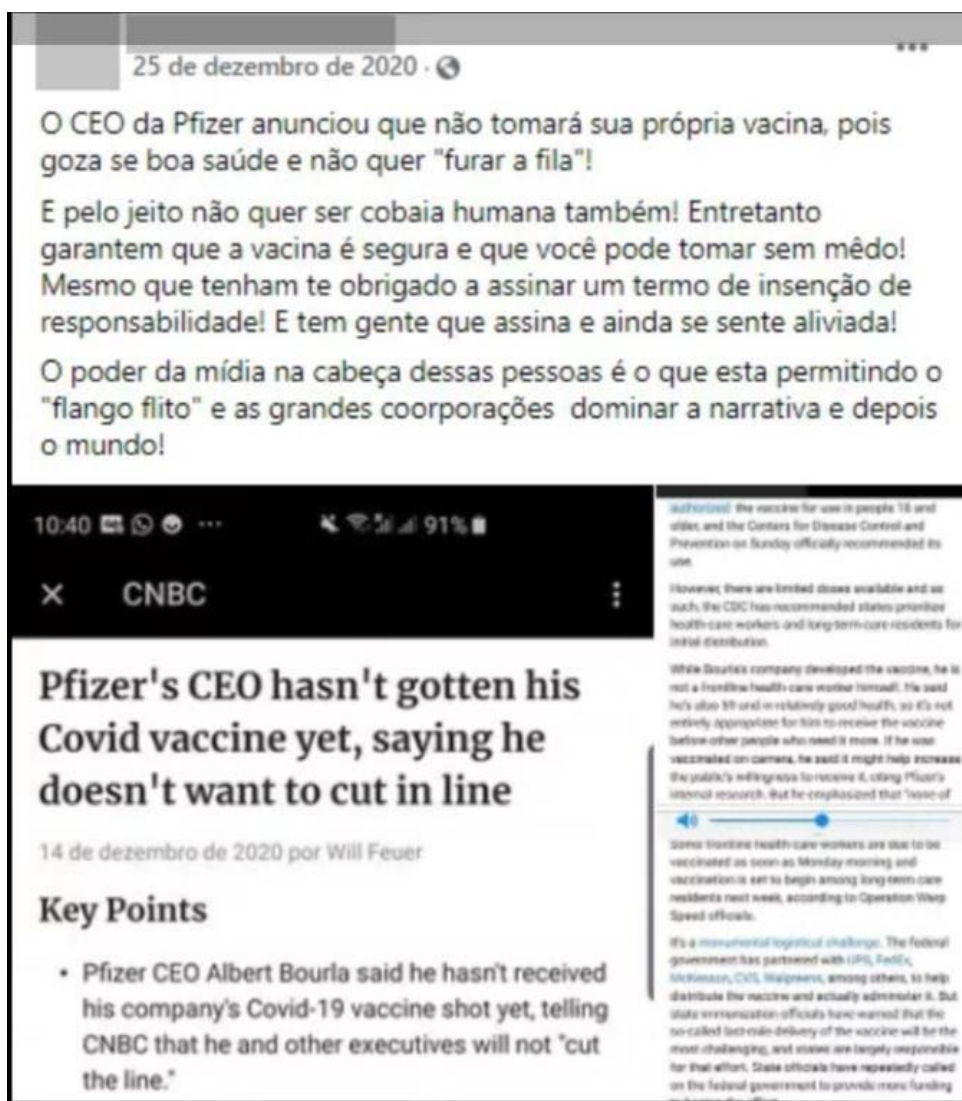
A análise feita por António Ferreira limita-se aos internamentos, não contando com as unidades de cuidados intensivos (UCI). Como explica ao Polígrafo, os dados referentes ao número de doentes internados em UCI não estão disponíveis. O médico internista considera ser fundamental que o Governo divulgue os números para que possam ser analisados e, por isso, fez um requerimento nesse sentido junto da ACSS, para que os dados brutos sejam disponibilizados.

Nota editorial do Polígrafo: "este conteúdo foi selecionado pelo Polígrafo no âmbito de uma parceria de *fact-checking* (verificação de factos) com o Facebook, destinada a avaliar a veracidade das informações que circulam nessa rede social. Na escala de avaliação do Facebook, este conteúdo é: Verdadeiro: as principais alegações do conteúdo são factualmente precisas; geralmente, esta opção corresponde às classificações "Verdadeiro" ou "Maioritariamente Verdadeiro" nos sites de verificadores de factos. Na escala de avaliação do Polígrafo, este conteúdo é: Verdadeiro."<sup>xxxiv</sup>

## **6.7 Diretor da Pfizer recusou-se a tomar a vacina por ser saudável?**

Publicações sem identificação de autoria partilhadas nas redes sociais alegam que Albert Bourla, diretor-executivo da multinacional Pfizer, recusou tomar a vacina contra a Covid-19 por "gozar de boa saúde" e não querer "furar a fila". "O CEO da Pfizer anunciou que não tomará sua própria vacina, pois goza se boa saúde e não quer 'furar a fila'! E pelo jeito não quer ser cobaia humana também! Entretanto garantem que a vacina é segura e que você pode tomar sem medo!

Mesmo que tenham te obrigado a assinar um termo de isenção de responsabilidade! E tem gente que assina e ainda se sente aliviada”, descreve-se na publicação em causa.



Será verdade? Não. O boato surgiu a partir de uma entrevista da CNBC<sup>xxxv</sup> emitida no dia 14 de dezembro. Questionado sobre quando pretendia tomar a vacina, Albert Bourla respondeu que tinha 59 anos, gozava de boa saúde e que, tendo em conta que não estava na linha da frente, não havia a indicação para que tomasse a vacina para já.

“Assim que for possível, eu vou. A única questão sensível aqui é que não quero ser apontado como um exemplo de quem está a passar à frente, porque tenho 59 anos, tenho boa saúde, não estou na linha da frente. Portanto, não é recomendado que seja vacinado agora”, disse na entrevista.

Em nenhum momento Bourla afirmou que não tencionava tomar a vacina. Deu a entender, sim, que não pretendia gozar da sua posição privilegiada para aceder ao fármaco antes de cidadãos

mais velhos ou vulneráveis. Contudo, uma vez que passaram mais de quatro meses desde que a entrevista foi emitida, o presidente da Pfizer acabou por ser vacinado.



No dia 10 de março, Bourla escreveu no Twitter: “Entusiasmado por tomar a segunda dose da vacina da Pfizer/BioNTech para a #Covid19. Não há nada que eu queira mais do que as pessoas que amo e outras à volta do mundo tenham esta oportunidade. Apesar de a viagem estar longe do fim, estamos a trabalhar incansavelmente para vencer o vírus”.<sup>xxxvi</sup>

Entretanto, a 16 de abril, Albert Bourla afirmou que é provável que seja necessária uma terceira dose da vacina contra a Covid-19, entre seis a 12 meses após a segunda toma. Numa nova entrevista à CNBC, Albert Bourla admitiu também que poderá ser necessária uma "vacinação anual" do fármaco para reforçar a imunidade. "Uma terceira dose será provavelmente necessária, algures entre seis a 12 meses [após as duas doses]. E posteriormente haverá uma vacinação anual, mas tudo isto terá de ser confirmado", afirmou.

Nota editorial do Polígrafo: “este conteúdo foi selecionado pelo Polígrafo no âmbito de uma parceria de *fact-checking* (verificação de factos) com o Facebook, destinada a avaliar a veracidade das informações que circulam nessa rede social. Na escala de avaliação do Facebook, este conteúdo é: Falso: as principais alegações dos conteúdos são factualmente imprecisas; geralmente, esta opção

corresponde às classificações "Falso" ou "Maioritariamente Falso" nos sites de verificadores de factos. Na escala de avaliação do Polígrafo, este conteúdo é: Falso".<sup>xxxvii</sup>

## 6.8 Pelo menos "30% dos vacinados" contra a Covid-19 "morrerão dentro de três meses"?

De acordo com publicação redes sociais, sem identificação de autoria, "30% dos vacinados morrerão dentro de três meses, diz o doutor Sherri Tempenny". Perdido na tradução para língua portuguesa, na realidade trata-se de uma "doutora", Sherri Tempenny, osteopata norte-americana e conhecida ativista anti-vacinas. Quanto à supracitada alegação, apontando para uma "tempestade de citocinas" (por causa das vacinas de mRNA), não há qualquer fundamento científico.

"Este artigo confirma o que disse a professora Dolores Cahill, de Dublin, que estima que pelo menos 30% dos vacinados morrerão em poucos meses de tempestade de citocinas (algo como uma alergia a amendoim), uma vez que o corpo tenha sintetizado proteína *spike* em grandes quantidades! (...) A Dra. Sherri Tempenny explica como as vacinas de mRNA começarão o processo de despovoamento nos próximos 3-6 meses (julho de 2021). Ela e outros cientistas previram que milhões de pessoas poderiam morrer e que as suas mortes seriam atribuídas a uma nova cepa de Covid-19, para aumentar as vacinas", lê-se no texto do post de 12 de abril.

**Trinta por cento dos vacinados morrerão dentro de três meses, diz o Dr. Sherri Tempenny - TierraPura.org/BR**

tierrapura.org • March 23, 2021

12 de abril às 13:56

Este artigo confirma o que disse a professora Dolores Cahill, de Dublin, que estima que pelo menos 30% dos vacinados morrerão em poucos meses de tempestade de citocinas (algo como uma alergia a amendoim), uma vez que o corpo tenha sintetizado proteína spike em grandes quantidades! A geneticista francesa Alexandra Henrion-Caude concorda com Dolores Cahill nesta análise e processo.

A Dra. Sherri Tempenny (imagem) explica como as vacinas de mRNA começarão o processo de despovoamento nos próximos 3-6 meses (julho de 2021). Ela e outros cientistas previram que milhões de pessoas poderiam morrer e que suas mortes seriam atribuídas a uma nova cepa de COVID, para aumentar as vacinas.

Aqui estão alguns trechos mais significativos da entrevista:

"Nos Estados Unidos, nos primeiros 30 dias após o início da vacinação, eventos adversos ocorreram em mais de 40.000 pessoas até agora, incluindo cerca de 31.000 casos de choque anafilático, cerca de 5.000 casos de reações neurológicas e outros problemas, mas que é apenas o começo.

Essas vacinas irão essencialmente criar um fenômeno chamado realce dependente de anticorpos (ADE) ou um aumento na dependência de anticorpos que permite que um "pedaço" de mRNA mensageiro se replique indefinidamente criando pedaços de proteína (proteína de pico) dentro de nosso corpo. Corpo. Em resposta, ele produzirá anticorpos, e é por isso que Bill Gates disse que nosso corpo se tornará um "produtor automático de vacinas endógenas" em resposta a essas proteínas".

Por isso falamos de variantes inglesas e brasileiras, ao contrário, já presentes em nossos corpos devido às vacinações em massa. O exemplo da Umbría, que ocupa a primeira posição em termos de número de vacinações,

A "tempestade de citocinas" referida na publicação do Facebook, sem autoria identificada, consiste numa resposta inflamatória excessiva do sistema imunitário quando confrontado com uma infeção grave. Na realidade, e ironicamente, esta síndrome pode estar associada a quadros graves de qualquer doença, até de Covid-19 - e não a vacinas que visam combatê-la.

Em artigo de 29 de março de 2021, a plataforma de *fact-checking* brasileira "Aos Fatos" questionou Rodolfo Bacelar, pneumologista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sobre esta matéria, o qual assegurou que "ao contrário da infeção viral, que gera tal tempestade, as vacinas não provocam essa reação. Quem gera a tempestade é o vírus vivo, não qualquer vacina".

Segundo o texto do post sob análise, as vacinas de mRNA fariam com que a proteína *spike* se replicasse indefinidamente e em grande quantidade no corpo humano. Questionado pelo Polígrafo, João Júlio Cerqueira, médico especialista de Medicina Geral e Familiar, explica que "o mRNA não fica no nosso corpo" nem "interage com o nosso DNA. O material apenas fica no corpo durante cerca de dois dias, degradando-se posteriormente", sendo essa degradação o motivo pelo qual "as vacinas têm que ficar no frio".

A alegação de que 30% dos vacinados irão morrer não tem fundamento. Nos EUA, por exemplo, desde o dia 10 de dezembro de 2020 até ao dia 12 de abril de 2021 foram administradas 189 milhões de vacinas contra a Covid-19. Até ao momento foram reportados ao VAERS (sistema nacional de alerta precoce que visa detetar possíveis problemas de segurança em vacinas licenciadas nos EUA) 3.005 casos de mortes, o que corresponde a 0,00158% da totalidade dos vacinados.

Os casos foram avaliados pelo Centro de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC) e pela Agência de Segurança Alimentar e Medicamentos (FDA) dos EUA. De acordo com as informações clínicas disponíveis - atestados de óbito, autópsia e registos médicos - não foram encontradas provas de que a vacinação tenha provocado ou sequer contribuído para a morte dessas pessoas.

No entanto, importa salientar que já foi confirmada pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA) uma ligação entre trombose e a vacina da AstraZeneca. Até ao dia 22 de março tinham sido registados 62 casos de trombose do seio venoso cerebral e 24 casos de trombose venosa esplâncnica, sendo que 18 desses casos acabaram por se revelar fatais. Contudo, trata-se de um universo de cerca de 25 milhões de vacinados dentro da União Europeia, Espaço Económico Europeu e Reino Unido.

Tal como o Polígrafo já verificou em artigo recente, a pílula contraceptiva tem uma maior probabilidade de criar coágulos sanguíneos do que a vacina da AstraZeneca. O risco varia entre diferentes tipos de pílula contraceptiva, mas, no global, trata-se de um risco muito baixo.

Sherri Tempenny é uma ativista anti-vacinas. Por diversas vezes já afirmou que as vacinas causam autismo, alegação que já foi desmentida também pelo Polígrafo e demais plataformas de verificação de factos. De acordo com um artigo do Politifact, a página da osteopata no Facebook foi removida em dezembro de 2020, por propagar desinformação.

Dolores Cahill, que também é referida no *post*, foi convidada a renunciar ao cargo de vice-presidente do Comité Científico da Iniciativa Tecnológica Conjunta sobre Medicamentos Inovadores (IMI) da União Europeia por difundir informação falsa em relação à pandemia.

Nota editorial do Polígrafo: “este conteúdo foi selecionado pelo Polígrafo no âmbito de uma parceria de *fact-checking* (verificação de factos) com o Facebook, destinada a avaliar a veracidade das informações que circulam nessa rede social.

Na escala de avaliação do Facebook, este conteúdo é: Falso: as principais alegações dos conteúdos são factualmente imprecisas; geralmente, esta opção corresponde às classificações "Falso" ou "Maioritariamente Falso" nos sites de verificadores de factos. Na escala de avaliação do Polígrafo, este conteúdo é: Pimenta na língua.<sup>xxxviii</sup> .

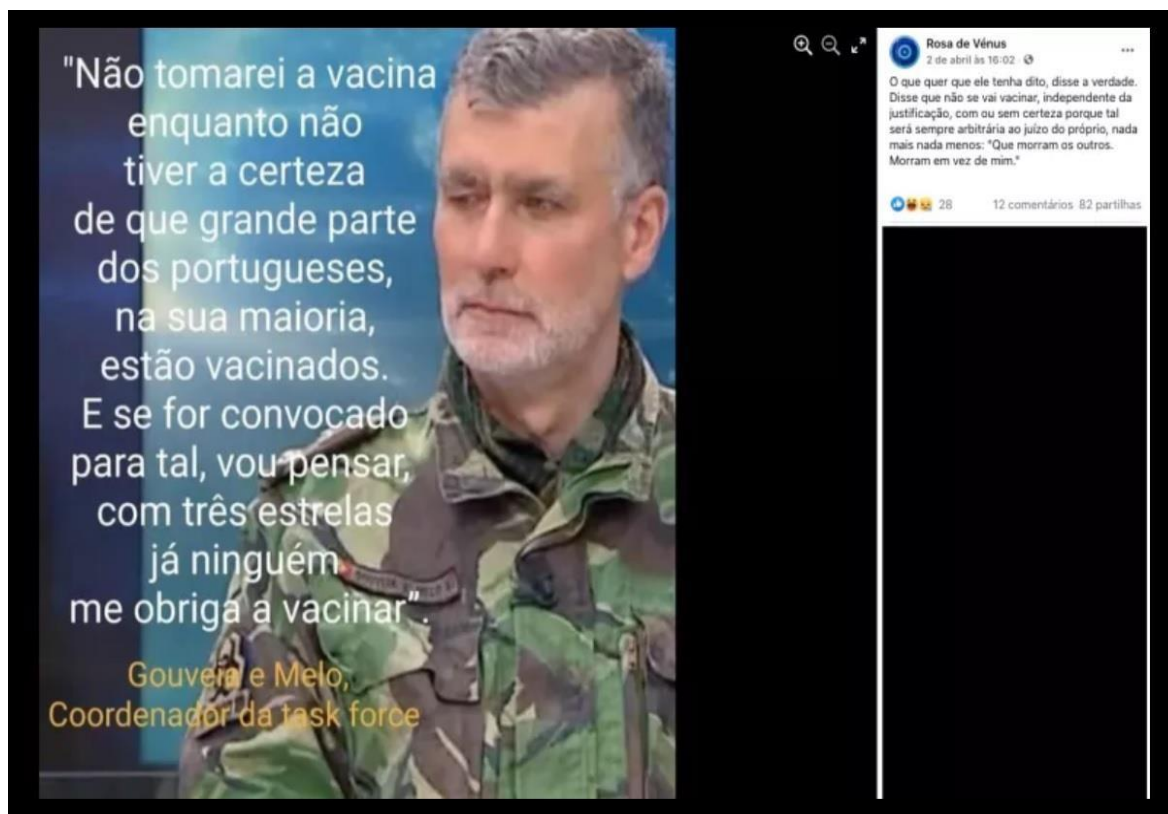
## **6.9 Coordenador do plano de vacinação contra a Covid-19 disse que não tomará a vacina por ser perigosa?**

"Não tomarei a vacina enquanto não tiver a certeza de que grande parte dos portugueses, na sua maioria, estão vacinados". Esta citação isolada do vice-almirante Gouveia e Melo está a ser difundida nas redes sociais com a interpretação (errada) de que não tomará a vacina porque é perigosa ou até mortal. "Que morram os outros. Morram em vez de mim", acrescenta-se à citação, reproduzindo desinformação.

Primeiro, a citação atribuída ao vice-almirante Gouveia e Melo: "Não tomarei a vacina enquanto não tiver a certeza de que grande parte dos portugueses, na sua maioria, estão vacinados. E se for convocado para tal, vou pensar, com três estrelas já ninguém me obriga a vacinar".

Depois, uma interpretação dessa mesma citação isolada: "O que quer que ele tenha dito, disse a verdade. Disse que não se vai vacinar, independente[mente] da justificação, com ou sem certeza porque tal será sempre arbitrária ao juízo do próprio, nada mais nada menos: 'Que morram os outros. Morram em vez de mim'". O *post* de autoria desconhecida é de 2 de abril e foi denunciado como sendo falso ou enganador.

Começando pela citação: foi recolhida a partir de uma entrevista de Gouveia e Melo à Agência Lusa, no dia 18 de março. "Questionado [sobre] se já tinha tomado a vacina, Gouveia e Melo é peremptório na recusa, 'enquanto não tiver a certeza de que grande parte dos portugueses, na sua maioria, estão vacinados'. E mesmo se for convocado para tal, verá: 'Com três estrelas já ninguém me obriga a vacinar'", lê-se num artigo do jornal "Diário de Notícias" sobre a referida entrevista.<sup>xxxix</sup>



Ora, estas afirmações de Gouveia e Melo foram proferidas no contexto da polémica em torno de vários casos de pessoas que terão sido indevidamente vacinadas, passando à frente de outras pessoas que estavam na lista de grupos prioritários. É nesse sentido que diz recusar ser vacinado antes de ter "a certeza de que grande parte dos portugueses, na sua maioria, estão vacinados".

No mesmo artigo<sup>xl</sup>, aliás, logo a seguir à referida citação, aborda-se essa questão das irregularidades na vacinação: "[Gouveia e Melo] defende que o processo de vacinação em Portugal está agora 'mais controlado', após algumas polémicas no arranque, e sugere que a farda de militar 'ajuda' no contacto com os diversos agentes. (...) 'O processo de vacinação está mais controlado, há uma maior consciencialização e responsabilização de todos os atores que estão a participar e, portanto, está a correr relativamente bem. Pode sempre acontecer qualquer coisa e temos de estar atentos, mas não me parece que haja algum problema muito grave ou uma elevada preocupação neste momento. Os grandes problemas são receber as vacinas, administrar as vacinas com regras e que essas regras sejam cumpridas. E isso está a acontecer neste momento', refere".

Por outro lado, o mesmo Gouveia e Melo tem apelado à vacinação e defendido a segurança das vacinas contra a Covid-19. Por exemplo, em entrevista à SIC Notícias<sup>xli</sup>, a 17 de março, sublinhou que "a vacinação salva milhares de vidas" e instou "quem vai tomar a vacina que pondere se prefere estar do lado da dúvida ou do lado que salva vidas".

Nota editorial do Polígrafo: "este conteúdo foi selecionado pelo Polígrafo no âmbito de uma parceria de *fact-checking* (verificação de factos) com o Facebook, destinada a avaliar a veracidade das informações que circulam nessa rede social.

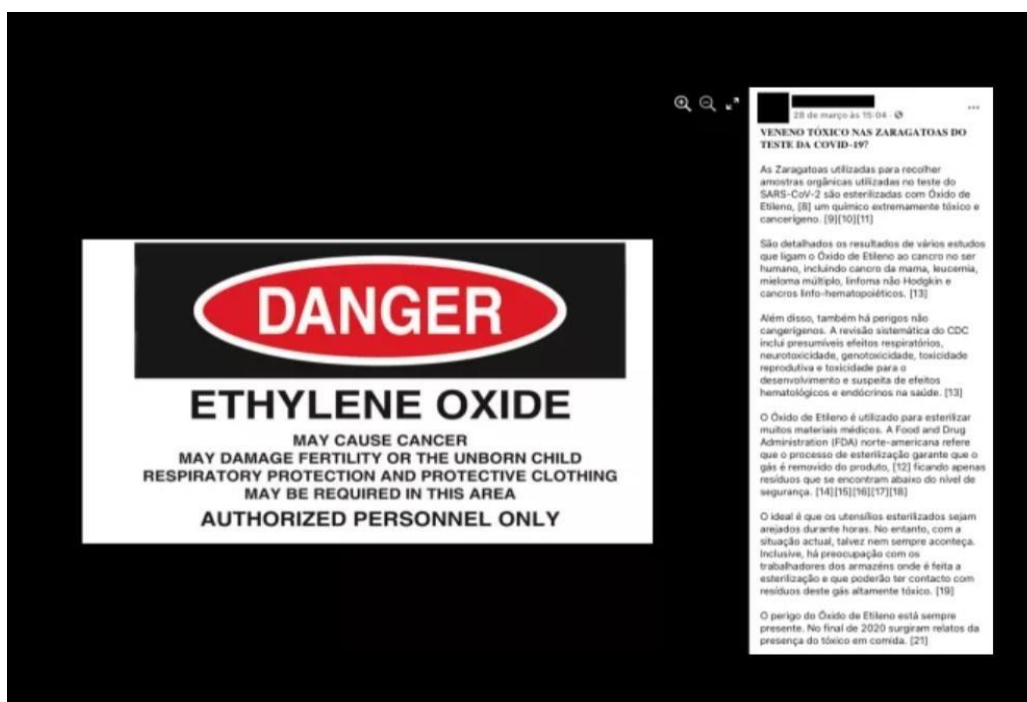
Na escala de avaliação do Facebook, este conteúdo é: Falso: as principais alegações dos conteúdos são factualmente imprecisas; geralmente, esta opção corresponde às classificações "Falso" ou "Maioritariamente Falso" nos sites de verificadores de factos.”<sup>xlii</sup>

## 6.10 As zaragatoas estão contaminadas com "químico extremamente tóxico e cancerígeno"?

Em texto partilhado por centenas de pessoas no Facebook, sem autor identificado, denuncia-se que "as zaragatoas utilizadas para recolher amostras orgânicas utilizadas no teste do SARS-CoV-2 são esterilizadas com óxido de etileno, um químico extremamente tóxico e cancerígeno".

"Veneno tóxico nas zaragatoas do teste da Covid-19? As zaragatoas utilizadas para recolher amostras orgânicas utilizadas no teste do SARS-CoV-2 são esterilizadas com óxido de etileno, um químico extremamente tóxico e cancerígeno. São detalhados os resultados de vários estudos que ligam o óxido de etileno ao cancro no ser humano, incluindo cancro da mama, leucemia, mieloma múltiplo, linfoma não Hodgkin e cancros linfohematopoiéticos. (...) O ideal é que os utensílios esterilizados sejam arejados durante horas. No entanto, com a situação atual, talvez nem sempre aconteça", lê-se no post de 28 de março.

Muitas das zaragatoas são esterilizadas com óxido de etileno, mas passam por um processo de descontaminação. O processo é extremamente controlado para que o gás seja removido dos produtos. Aliás, a *Food and Drug Administration* (FDA) dos EUA informa que "a esterilização por óxido de etileno é um método de esterilização importante que os fabricantes utilizam amplamente para manter os dispositivos médicos seguros".



The image shows a screenshot of a Facebook post. On the left, there is a warning label for Ethylene Oxide. The label features a red oval with the word "DANGER" in white. Below it, the text reads: "ETHYLENE OXIDE", "MAY CAUSE CANCER", "MAY DAMAGE FERTILITY OR THE UNBORN CHILD", "RESPIRATORY PROTECTION AND PROTECTIVE CLOTHING MAY BE REQUIRED IN THIS AREA", and "AUTHORIZED PERSONNEL ONLY".

On the right, there is a text block from a Facebook post dated "28 de março de 10:04". The text is in Portuguese and contains a false claim: "VENENO TÓXICO NAS ZARAGATOAS DO TESTE DA COVID-19?". The text continues: "As Zaragatoas utilizadas para recolher amostras orgânicas utilizadas no teste do SARS-CoV-2 são esterilizadas com Óxido de Etileno, [8] um químico extremamente tóxico e cancerígeno. [9][10][11]". It then lists various cancers linked to Ethylene Oxide: "São detalhados os resultados de vários estudos que ligam o Óxido de Etileno ao cancro no ser humano, incluindo cancro da mama, leucemia, mieloma múltiplo, linfoma não Hodgkin e cancros linfohematopoiéticos. [12]". It also mentions health risks: "Além disso, também há perigos não cancerígenos. A revisão sistemática do CDC inclui presumíveis efeitos respiratórios, neurotoxicidade, genotoxicidade, toxicidade reprodutiva e toxicidade para o desenvolvimento e suspeita de efeitos hematológicos e endócrinos na saúde. [13]". It further states: "O Óxido de Etileno é utilizado para esterilizar muitos materiais médicos. A Food and Drug Administration (FDA) norte-americana refere que o processo de esterilização garante que o gás é removido do produto, [12] ficando apenas resíduos que se encontram abaixo do nível de segurança. [14][15][16][17][18]". It concludes: "O ideal é que os utensílios esterilizados sejam arejados durante horas. No entanto, com a situação actual, talvez nem sempre aconteça. Inclusive, há preocupação com os trabalhadores dos armazéns onde é feita a esterilização e que poderão ter contacto com resíduos deste gás altamente tóxico. [19]". Finally, it says: "O perigo do Óxido de Etileno está sempre presente. No final de 2020 surgiram relatos da presença do tóxico em comida. [21]".

Em Portugal, a esterilização das zaragatoas não utiliza óxido de etileno, mas sim radiação gamma. A produção destes materiais de uso médico está ao cargo de um consórcio nacional – que envolve o Instituto Superior Técnico (IST), o Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (ABC) e a empresa Hidrofer.

“A radiação gamma é um método limpo que não deixa quaisquer resíduos, mas requer a utilização de fontes radioativas”, explica ao Polígrafo Ana Paula Serro Professora do departamento de Engenharia Química e diretora-adjunta para o Programa de Testagem Covid-19 no IST. Para realizar a esterilização por radiação gamma são necessárias “instalações próprias e recursos humanos especialmente treinados”. O IST é o único local na Península Ibérica onde é realizada esta técnica<sup>xliii</sup>.

A especialista admite que a “esterilização de zaragatoas com óxido de etileno, por ser mais acessível, é a mais comum”. “Este tipo de esterilização tem de ser feita em instalações com ventilação adequada e utilizando equipamentos específicos”, explica ainda, ressaltando que “os materiais processados são submetidos a períodos adequados de arejamento para assegurar a remoção dos resíduos de óxido de etileno e seus subprodutos”.

“Introduzir uma zaragatoa no nariz e a mesma estar na base de se contrair uma qualquer patologia ou cancro, somente porque foi previamente esterilizada com óxido de etileno, parece-me uma relação causa-efeito algo absurda, nada comparável às situações que possam ocorrer motivadas por uma exposição continuada daquele agente químico por via aérea”, acrescenta José Manuel F. Nogueira, professor de Química Analítica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.<sup>xliiv</sup>

A FDA tem um conjunto de normas que “descrevem como desenvolver, validar e controlar os processos de esterilização por óxido de etileno para dispositivos médicos e os níveis aceitáveis de óxido de etileno residual e cloridrina de etileno deixados num dispositivo após ter sido submetido à esterilização por óxido de etileno”.

Armando Silvestre, diretor do departamento de Química da Universidade de Aveiro, refere que este perigo associado ao óxido de etileno acontece quando há “exposição direta ao gás”, ou seja, quando existe “inalação do gás em grandes quantidades”. “O organismo humano tem mecanismos que permitem remover ou defender-se da exposição a quantidades mínimas. Ou essas quantidades não são suficientes para induzir uma reação perigosa”, explica o químico, dando como exemplo o caso do álcool: “Se uma pessoa ingerir bebidas alcoólicas para além de um determinado limite, o organismo não o consegue eliminar em tempo útil e provoca os efeitos de embriaguez, intoxicação ou coma alcoólico”.

O *Department of Health and Social Care* do Reino Unido, em recentes declarações à Reuters, indica que o “óxido de etileno é utilizado apenas na esterilização de zaragatoas e é uma das ferramentas de esterilização mais utilizadas no setor de saúde, principalmente aplicado pelos fabricantes para manter os dispositivos médicos seguros”. De resto, estima-se que cerca de 50% dos equipamentos médicos sejam esterilizados com óxido de etileno.

Questionado pelo Polígrafo, Germano Sousa, antigo bastonário da Ordem dos Médicos e fundador do Centro de Medicina Laboral Germano de Sousa, sublinha que as zaragatoas desinfetadas

com óxido de etileno "passam por um processo de descontaminação onde se aguarda que tudo aquilo seja eliminado" e só depois são embaladas. "Aliás, se houvesse óxido de etileno nas zaragatoas, os vírus eram destruídos". "Os resíduos que ficam na zaragatoa são tão pequenos que não têm o mínimo perigo para a saúde. Não há um único caso de contaminação nestas circunstâncias", assegura.

Nota editorial do Polígrafo: "este conteúdo foi selecionado pelo Polígrafo no âmbito de uma parceria de *fact-checking* (verificação de factos) com o Facebook, destinada a avaliar a veracidade das informações que circulam nessa rede social.

Na escala de avaliação do Facebook, este conteúdo é: Falso: as principais alegações dos conteúdos são factualmente imprecisas; geralmente, esta opção corresponde às classificações "Falso" ou "Maioritariamente Falso" nos sites de verificadores de factos. Na escala de avaliação do Polígrafo, este conteúdo é: Falso."<sup>xlv</sup>

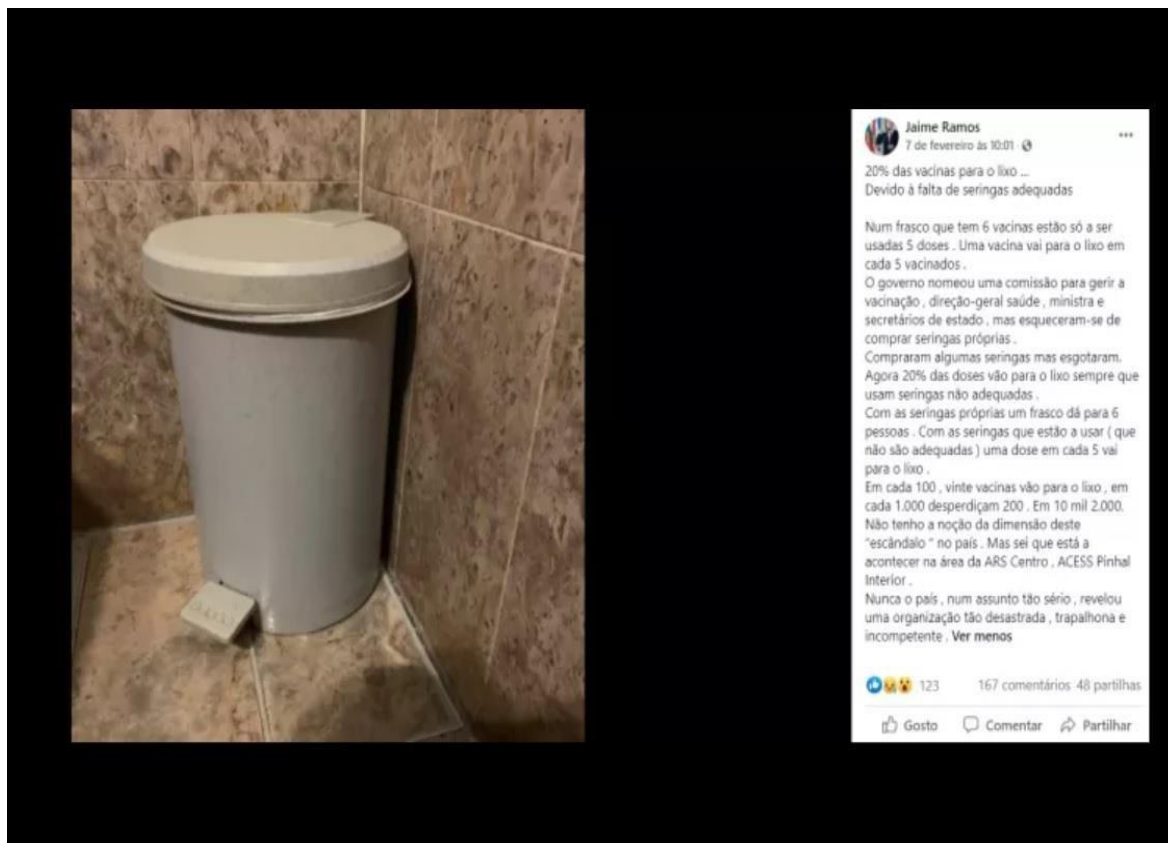
## **6.11 Em Portugal "20% das vacinas vão para o lixo devido à falta de seringas adequadas"?**

No Facebook, Jaime Ramos, antigo presidente da Administração Regional de Saúde do Centro e ex-deputado do PSD, denuncia que "20% das vacinas [contra a Covid-19] vão para o lixo devido à falta de seringas adequadas. Num frasco que tem seis vacinas estão só a ser usadas cinco doses. Uma vacina vai para o lixo em cada cinco vacinados".

"O Governo nomeou uma comissão para gerir a vacinação, Direção-Geral da Saúde, ministra e secretários de Estado, mas esqueceram-se de comprar seringas próprias", alega Jaime Ramos no texto da publicação, datada de 7 de fevereiro.

"Compraram algumas seringas, mas esgotaram. Agora 20% das doses vão para o lixo sempre que usam seringas não adequadas. Com as seringas próprias, um frasco dá para seis pessoas. Com as seringas que estão a usar (que não são adequadas), uma dose em cada cinco vai para o lixo", acrescenta.

No dia 30 de dezembro de 2020, o Infarmed (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde) publicou uma nota através da qual informou que "à data da aprovação da Autorização de Introdução no Mercado condicional da vacina Comirnaty [desenvolvida através de uma parceria entre as empresas farmacêuticas Pfizer e BioNTech], os dados relativos ao seu fabrico, permitiram determinar a retirada, com reprodutibilidade, de cinco doses em todos os frascos".<sup>xlvi</sup>



Contudo, "tendo em conta a geração de dados adicionais, a empresa fabricante apresentou hoje [dia 30 de dezembro de 2020] um pedido de alteração das condições de autorização à Agência Europeia de Medicamentos (EMA) para assegurar que, para todos os frascos, é possível a retirada com exatidão e precisão de seis doses de 0,3 ml da vacina". Mais recentemente, a 8 de janeiro de 2021, o Ministério da Saúde garantiu que estão a ser retiradas seis doses por cada frasco da vacina Pfizer/BioNTech.

"A prática generalizada dos postos de vacinação tem sido a utilização da sexta dose, cumpridas que sejam as condições exigidas", informou o Ministério da Saúde, sublinhando que a utilização desta sexta dose "cumpriu com todas as regras de segurança e qualidade aplicáveis à reconstituição e administração de fórmulas medicamentosas".

Questionada pelo Polígrafo sobre a denúncia de Jaime Ramos, fonte oficial do Ministério da Saúde assegura que "a informação apresentada não está correta" e indica que, em Portugal, "a taxa média de aproveitamento de doses da vacina por frasco [que contém seis doses] é de 5,8".

"Efetivamente, nem sempre é possível retirar as seis doses de cada frasco, sendo essa uma situação também reportada por outros países europeus e que está a ser trabalhada com a Pfizer", explica a mesma fonte. "O aproveitamento de doses por frasco tem a ver, não só com o material utilizado, mas também com a forma e a perícia de preparação das vacinas".

Segundo os dados apresentados pelo Ministério da Saúde, a taxa média de aproveitamento da vacina é de 5,8 das seis doses contidas num frasco. Assim, o desperdício médio corresponde a 0,2

das doses. Ou seja, regista-se um desperdício de 3,3%, percentagem muito distante dos 20% mencionados na publicação.

Ao Polígrafo, a Administração Regional de Saúde do Centro (ARS Centro) também desmente a acusação de Jaime Ramos. "É totalmente falsa a existência de um desperdício dessa grandeza, existe de facto uma questão sobejamente identificada, mas nem sempre devidamente esclarecida, sobre o aproveitamento da sexta vacina da Pfizer que depende mais da técnica de extração do que apenas das seringas".

"Quer no ACES do Pinhal Interior, quer nos restantes ACES e ULS tem havido um aproveitamento muito eficaz das vacinas, bem como os stocks de seringas estão síncronos com a existência de vacinas", garante a mesma fonte.

Também em declarações ao Polígrafo, Céu Ameixinha, enfermeira especialista e coordenadora da operacionalização da vacinação no Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Braga, sublinha que "as seis doses podem ser sempre asseguradas, a não ser que ocorra um acidente de preparação. É preciso método, rigor e precisão, quer na mão do profissional, quer no material utilizado. A preparação é feita com as seringas da administração da insulina, onde podemos aferir ao milímetro a dose de 0,3 ml. Se seguidos todos os passos inscritos na norma 021-2020, é pouco provável que exista desperdício".

Nesse sentido, a enfermeira realça a importância do "treino e preparação dos profissionais para que nenhuma dose se estrague". De resto, garante que "os enfermeiros que preparam a vacina têm a noção de que a vacina é valiosa. Além disso também não me parece que seja muito difícil solicitar o material adequado [seringas], dentro de cada Administração Regional de Saúde". Concluimos assim que as alegações em causa não têm fundamento, ou são manifestamente extrapoladas.

Nota editorial do Polígrafo: "este conteúdo foi selecionado pelo Polígrafo no âmbito de uma parceria de *fact-checking* (verificação de factos) com o Facebook, destinada a avaliar a veracidade das informações que circulam nessa rede social.

Na escala de avaliação do Facebook, este conteúdo é: Falso: as principais alegações dos conteúdos são factualmente imprecisas; geralmente, esta opção corresponde às classificações "Falso" ou "Maioritariamente Falso" nos sites de verificadores de factos." <sup>xlvii</sup> Na escala de avaliação do Polígrafo, este conteúdo é: Falso.

## Conclusão

Como salientamos durante a presente pesquisa, os estudos ponderam que a publicação de informações falsas não é, necessariamente, um fenômeno que surgiu com a chegada das redes sociais. Mas, é relevante explicar que, as medias digitais são as principais disseminadoras das atualmente chamadas *fake news*. Esse fenômeno tem atingido o trabalho jornalístico no panorama internacional e até mesmo causando danos na vida social, como mostramos anteriormente. Uma das mais importantes funções que regem a profissão jornalística consiste na publicação de notícias verídicas e imparciais. Com o crescimento da disseminação de notícias falsas influenciadas principalmente via internet, o jornalismo tradicional viu-se na obrigação de reinventar-se com as agências ou veículos de *fact-checking*. Essas agências de checagem de informação têm responsabilidade de verificar e combater às informações mentirosas e/ou enganosas divulgadas na internet ou mesmo frases ditas em veículos tradicionais por representantes da esfera pública.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos da América em 2016, com a intenção de prejudicar a imagem de adversários políticos, as notícias falsas dominaram a campanha eleitoral de 2018. E com o período de pandemia em que o mundo se encontra, a prática tem sido cada vez mais veloz. O método, que se transformou em elemento do jornalístico, está sendo desenvolvido por agências especializadas e até mesmo por algumas empresas de comunicação, muito tem contribuído para a elucidação e combate das falsas informações. Esse fenômeno foi potencializado durante a pandemia. E foi objetivo deste trabalho mostrar como duas agências de *fact-checking*, de Portugal e Brasil, conseguiram de alguma forma minimizar os estragos da disseminação de informações falsas durante um período tão difícil para o mundo.

Portanto, o objetivo principal deste trabalho consistiu em tracejar o surgimento das agências de checagem, sua processualidade e seu alcance. Isso, de alguma forma, foi alcançado neste trabalho, que tentou relacionar as teorias com exemplos práticos de checagem de informação realizado pela Agência Lupa e Polígrafo. Nesse sentido, os casos mostrados nesta pesquisa evidenciam a utilização das redes sociais para a disseminação de boatos, informações enganosas, mentirosas e descontextualizadas relacionadas à pandemia do coronavírus. Diante disso, com a globalização e o surgimento das novas tecnologias e modalidades de informação, se torna ainda mais importante para o jornalismo acompanhar a dinâmica da sociedade e reinventar-se sempre que possível, com a intenção de levar ao público informações baseadas em fatos e com credibilidade.

Não há quase diferenciação de atuação entre as duas agências de *fact-checking* citadas na pesquisa. Mas há, sim, diferenças nas formas e nos motivos da disseminação das *fakes* nos dois países. No Brasil o uso foi nitidamente político, a partir de um governo de extrema-direita que apostou no negacionismo e minimização da pandemia para seus apoiadores. Desde o primeiro instante, o presidente Jair Bolsonaro utilizou as redes sociais para tentar de alguma forma ressaltar a não-periculosidade do vírus, que chegou a ser tratado como “gripezinha” pelo mandatário. Mesmo com

o passar do tempo e o crescimento no número de mortes, Bolsonaro continuou na narrativa de minimização.

Essa atitude do governo brasileiro prejudicou, inclusive, a compra de vacinas com antecedência, já que o próprio governo afirmava que não seria necessário adquirir antecipadamente os imunizantes. Isso trouxe sérios problemas para o Brasil em 2021, quando a maioria dos países começaram a imunização em janeiro e o governo brasileiro ficando para trás. Além disso, o governo apostou no chamado tratamento preventivo, com um coquetel de medicamentos que jamais tiveram comprovação científica sobre a eficiência no combate ao vírus, como foi o caso do Hidroxicloroquina. Já em Portugal, a disseminação das notícias falsas também teve, de alguma forma, um objetivo político. Capitaneado por conservadores de direita, essas informações visavam unicamente desinformar a população a respeito dos “perigos” da vacina ou de certas medidas para conter o vírus, como *lockdown* e distanciamento social e uso de máscaras. A situação só não foi pior porque a sociedade portuguesa passou, durante a pandemia, a consumir mais os produtos jornalísticos de referência, segunda pesquisa realizada por investigadores do CIES-Iscte, OberCom e MediaLab. O estudo concluiu que os jovens entre os 16 aos 23 anos foram os que mais diversificaram no consumo dos media, em março e abril de 2020. Durante o mesmo período, na faixa etária entre os 24 e os 37 anos, houve o maior aumento no consumo de notícias em formato digital. Entre os 38 e os 56 anos, houve um aumento nas videoconferências e em *streamings* pagos. Depois dos 56 anos, houve um aumento significativo nas videoconferências e na busca por notícias online. O aumento nos *streamings* e videoconferências também aconteceu na faixa etária entre os 24 e os 37 anos.

O estudo conclui que 56,5% dos inquiridos confia nas notícias, em geral. O número cresce para os 59,9% em relação aos que confiam, a maior parte das vezes, nas notícias que consomem. Em relação ao papel das autoridades, 68% dá nota positiva ao Governo, contra 12,8% que considera que teve uma atuação negativa. A nota dada ao Presidente da República é semelhante e a dos media noticiosos é a mais baixa. Mais de 70% dos inquiridos diz ter encontrado notícias falsas durante o período em análise no estudo e, destes, 50% encontrou pelo menos uma vez por dia e 72% mais de uma vez por semana. Questionados como reagiram, mais de 30% não fizeram nada e apenas 4,3% confirmou a veracidade com a fonte.

De acordo com o estudo, os meios noticiosos começaram cedo "uma cobertura muito ampla e intensa" à pandemia de Covid-19. Enquanto as redes sociais só "despertaram muito mais tarde", mas com "mais intensidade". Até fevereiro, a desinformação nas redes sociais ainda não era muito elevada, ao contrário de outros países. A partilha de conteúdos falsos, manipuladores ou enganadores sobre a covid-19 em grupos e WhatsApp é muito elevada. O estudo apontou que a partilha destas mensagens é feita "sem qualquer reflexão, verificação ou preocupação" e que a maior parte é "replicada de forma recorrente". Ou seja, em mais de mil mensagens recolhidas, 756 eram repetidas. As mensagens recorriam em grande parte a um suposto testemunho de especialistas de saúde e teorias da conspiração.

Concluindo, esta pesquisa, que não tem a finalidade de encerrar o assunto ou colocar um ponto final nas discussões – mas fomentar o debate nos meios acadêmicos – teve como linha apontar os conceitos que envolvem as *fake news* e valorizar o trabalho das chamadas agência de *fact-checking* na necessidade de combater, de alguma forma, o aumento dessas informações. E isso foi feito tanto pela Lupa quanto pelo Polígrafo. Ambos lutaram com muita força para tentar combater teorias da conspiração, mentiras, enganos e toda forma de ludibriar a sociedade através de um pseudo-jornalismo capitaneado pelas redes sociais. É, por certo, um trabalho sem fim, que precisa ser sempre feito, com responsabilidade, ética e respeito à sociedade, tanto no Brasil, quanto em Portugal.

## Bibliografia

- ARAL, Sinan *apud* GIZMODO. *Estudo sobre 'fake news' descobre que o inimigo da informação somos nós, não os bots*. Disponível em: <<https://bit.ly/2IVNzUz>>. Acesso em: 28/04/2021.
- ASSUNÇÃO, Luis Fernando (2014). *Jornalismo de beiradas*. Editora Labcom: Covilhã, Portugal.
- ASSUNÇÃO, Luis Fernando (2019). *Tempos reais e tempos lentos no jornalismo: um outro processo produtivo a partir do slow journalism*. Editora Labcom, Covilhã, Portugal.
- BASTOS, Helder (2000). *Jornalismo electrónico: internet e reconfigurações de práticas nas redações*. Coimbra: Minerva.
- BLOCH, Marc (2011). *A Estranha Derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_ (1921). *Réflexions d'un historien sur les nouvelles fausses de la guerre*. *Revue de Synthèse Historique*, t. 33.
- BRAGA, M.M. (2018). *Internet e política: as medias sociais como ferramentas de manipulação da opinião pública*. Disponível em <https://bdm.unb.br/handle/10483/25403> Acessado em 10 jan 2021.
- BRAGA, Renê Moraes da Costa (2018). A indústria das *fake news* e o discurso de ódio. In: PEREIRA, Rodolfo Viana (Org.). *Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio*. Volume I. Belo Horizonte: IDDE.
- CAZETTA, J.P. REIS, A.I. (2019). *As fontes dos serviços de fact-checking luso-brasileiros*. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/125230> Acessado em 20 jan 2021.
- CANAVILHAS, J. FERRARI, Poliana (2018). *Fact-checking: o jornalismo regressa às origens*. In: *Jornalismo em tempos de transformação: desafios de produção e ação*. Sulina: Porto Alegre.
- CAMPELLO, Bernardete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.) (2000). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. 319 p.
- CORREIA, J.C. (2019). *O novo ecossistema mediático e a desinformação como estratégia política dos populismos*. In: *Estudos em Jornalismo e Media*. Vol. 16, Nº 2, jul. a dez. de 2019.
- D'ANCONA, Matthew (2018). *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Tradução: Carlos Szlak. 1 edição. São Paulo/Barueri: Faro Editorial.
- DERRIDÁ, Jacques (1996). *História da mentira: prolegômenos*. *Estudos Avançados* vol.10 nº 27. São Paulo, Maio/Agosto de 1996. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141996000200002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000200002) Acessado em 20 dez. 2020.
- EDELSON, J.; ALDUCIN, A.; KREWSONK, C.; SIEJA, J. & USCINSKI, J. (2017). *The Effect of Conspiratorial Thinking and Motivated Reasoning on Belief in Election Fraud*. *Political Research Quarterly*, 40 (4), 933-946.

- FLORES, Pablo Jamilk (2017). *Inferências falseadoras como base para a pós-verdade*. Línguas&letras, Cascavel (PR), v. 18, n. 41, p.20-32. Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/18494/pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- FRANCISCATTO, Carlos (2003). *A atualidade no jornalismo – bases para sua delimitação teórica*. Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia.
- HART, P.; NISBET, E. (2011). *Boomerang Effects in Science Communication: How motivated reasoning and identity cues amplify opinion polarization about climate mitigation policies*. Communication Research, 11, 1-23.
- HAYS, J. N. (1998). *The Burdens of Disease: Epidemics and Human Response in Western History*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- HIGGINS, Kathleen (2016). Post-truth: a guide for the perplexed. Nature, [s.l.], v. 540, n. 7631, p.9-9, 28 nov. 2016. Springer Nature. Disponível em: <<https://www.nature.com/news/post-truth-a-guide-for-the-perplexed-1.21054>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- LORD, C.; ROSS, L. & LEPPER, M. (1979). *Biased Assimilation and Attitude Polarization: The effects of prior theories on subsequently considered evidence*. Journal of Personality and Social Psychology, 37(11), 2089-2109.
- MARCONDES FILHO, Ciro (2009). *Ser jornalista – o desafio das tecnologias e o fim das ilusões*. São Paulo: Paulus.
- MCINTYRE, L. (2018). *Post-Truth - The MIT Press Essential Knowledge series*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- NYHAN, B. (2010). *Why the ‘Death Panel’ Myth Wouldn’t Die: Misinformation in the Health Care Reform Debate*. The Forum, 8(1), 1-24.
- NYHAN, B. & Reifler, J (2010). *When corrections fail: the persistence of political misperceptions*. Political Behavior, 32, 303-330.
- Observatório da Comunicação - Obercom (2018). *Literacias na sociedade dos Ecrãs*. Lisboa: Obercom. Disponível em <https://obercom.pt/literacias-na-sociedade-dosecra%cc%83s/>
- Observatório da Comunicação - Obercom (2020). *Impacto do coronavírus e da crise pandémica no sistema mediático português e global*. Obercom. <https://bit.ly/30dP5ZU>
- PALACIOS, Marcos (2002). *Jornalismo Online, informações e memória*. Comunicação apresentada nas jornadas de Jornalismo Online. Porto: Universidade de Beira Interior.
- PATTAT, C. ROCHA, F. J. (2020). *O fact-checking no Brasil e em Portugal: uma análise dos sites Agência Lupa e Polígrafo no combate às fake news relacionadas com o Coronavírus*. Revista Estudos do Jornalismo da Sopcom, nº 11.
- SANTOS, R.A. (2006). *O carnaval, a peste e a “espanhola”*. Revista HCS-Manguinhos, v.13, n.1, jan/mar.
- SEIBT, T. e FONSECA, V. (2019). *Transparência como princípio normativo do jornalismo: a prática de fact-checking no Brasil*. Dossiê Temático Desinformação,

Jornalismo e Modelos de Negócios. Revista Comunicação Pública, volume 14 , número 27.

TOMAEŁ, Maria Inês (2000). *Fontes de informação na internet: acesso e avaliação das disponíveis nos sites de universidades*. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 11, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em:

<<http://snbu.bvs.br/snbu2000/parallel.html>>. Acesso em: 12 dez.2020.

SANTOS, Ricardo Augusto (2006). *O carnaval, a peste e a espanhola*. Rio de Janeiro: Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Fundação Oswaldo Cruz.

WAYTZ, Adam (2017). *A psicologia por trás das notícias falsas*. Kellog Insight. Disponível em <https://insight.kellogg.northwestern.edu/pt/article/the-psychologybehind-fake-news> . Acesso em 23 de março de 2021.

ZUCKERMAN, Ethan. *Fake news is a red herring*. Deutsche Welle, 25/01/2017. Disponível em: <http://www.dw.com/en/fake-news-is-a-red-herring/a-37269377>. Acesso em 27 nov 2020.

Sites de consulta: Agência

Lupa

[https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/?utm\\_source=Search&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=lupa5anos](https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/?utm_source=Search&utm_medium=cpc&utm_campaign=lupa5anos)

Polígrafo

<https://poligrafo.sapo.pt/>

Notas de rodapé

---

<sup>i</sup> A desinformação pondera-se como notícias veiculadas sem veracidade, com a intenção de persuadir alguém de algo, sim, de poluir os meios de comunicação e procriar a suspeitas no que tange a confiabilidade veículos de informação.

---

<sup>ii</sup> É um sistema de informação usada para a tomada de decisões e para a coordenação, controle, análise e visualização de informações em uma organização; especialmente em empresa. O estudo de sistemas de informação de gestão examina pessoas e tecnologia em um contexto organizacional. <sup>iii</sup> SILVA, D.N. "Gripe espanhola"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/i-guerra-mundial-gripe-espanholainimigos-visiveis-invisiveis.htm> Acesso em 14 de junho de 2020.

<sup>iv</sup> Ricardo Augusto dos Santos – pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz. O Carnaval, a peste e a ‘espanhola’. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, v.13, n.1, p.129-58, jan.-marc.2006.

<sup>v</sup> Dados relatados no artigo “Os caminhos ínvios das pandemias”, do historiador Pedro Gomes Barbosa, publicado no site do jornal Expresso, de Portugal, em 30/04/2020. <https://expresso.pt/opiniao/2020-04-30-Os-caminhos-Invios-das-pandemias> Acessado em 14/06/2020.

<sup>vi</sup> Escândalo que envolveu a coleta de informações de até 87 milhões de usuários do Facebook que a Cambridge Analytica começou a recolher em 2014. Os dados foram utilizados para influenciar a opinião de eleitores em vários países para ajudar políticos a influenciarem eleições em seus países. Após revelação do uso desses dados em uma investigação pela Channel 4 News, o Facebook pediu desculpas e comprovou-se que a Cambridge Analytica coletou os dados de forma "inadequada". <sup>vii</sup> <https://exame.com/brasil/pesquisa-global->

<https://especiais.correiobraziliense.net.br/fakenews/index2.html> Fake News, memória de mercenários.

<sup>ix</sup> <https://especiais.correiobraziliense.net.br/fakenews/index2.html> Fake News memória de mercenários. <sup>x</sup>

KIRBY, Emma Jane. The city getting rick from fake news. BBC News, dec. 2016. Disponível em <<http://www.bbc.com/news/magazine-38168281>>. Acesso em: 05 mai. 2021. <sup>xi</sup> BERGER, Jonah. Contágio: por que as coisas pegam? Rio de Janeiro: LeYa. 2014. <sup>xii</sup> No que concerne ao Ministério da Saúde, num intervalo de dois meses, dois ministros técnicos abdicaram-se do cargo uma vez que chefe do executivo os obrigava a não cumprir as recomendações de combate à pandemia, estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. Por outro lado, o Presidente da República fazia questão que os ministros prescrevessem a Hidroxicloroquina como remédio oficial para a Covid-19, mesmo boa parte das pesquisas científicas a nível internacional apontar que o remédio não é exatamente eficaz para pessoas infectadas pela doença. Atualmente, o Ministério da Saúde tem o general Eduardo Pazuello como ministro interino da pasta, que umas das suas primeiras ações foi cortar o contato com os órgãos de comunicação, e colocou militares no lugar dos técnicos de saúde.

<sup>xiii</sup> No dia em que o Ministério da Saúde decidiu não divulgar os dados, o Jornal Nacional, maior telejornal do Brasil, fechou a edição sem apresentar os dados concretos. Mas, por volta das 22 horas, quando o ministério divulgou os dados, a direção de jornalismo interrompeu a transmissão da novela para apresentar os dados divulgados. <sup>xiv</sup> Informações extraídas do Jornal Folha de São Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equlibrioesaude/2020/06/congressistas-e-entidades-elogiamconsorcio-de-imprensa-para-coletar-dados-da-covid-19.shtml> <sup>xv</sup> Informação obtida no site [www.projetocolabora.com.br](http://www.projetocolabora.com.br) na reportagem “De curas caseiras à estratégia política: as fake news da pandemia” veiculada em 22/05/2020.

<sup>xvi</sup> Informação obtida no site [www.projetocolabora.com.br](http://www.projetocolabora.com.br) na reportagem “De curas caseiras à estratégia política: as fake news da pandemia” veiculada em 22/05/2020.

<sup>xvii</sup> Reportagem “Fake news, o outro vírus que a pandemia espalhou em nossas vidas”, do Jornal N, de Portugal, publicada em 15/02/2021.

<sup>xviii</sup> Informação obtida no site [www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br), na reportagem “Pandemia de fake news: Estudo lista principais boatos sobre Covid-19”, veiculada em 05/05/2020.

<sup>xix</sup> <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/08/transmissao-de-covid-19por-pacientes-sem-sintomas-parece-ser-rara-diz-oms.ghtml> <sup>xx</sup> <https://twitter.com/mvankerkhove> <sup>xxi</sup> <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/assintomaticos-raramente-transmitem-o-virus-admite-a-oms-12293720.html>

<sup>xxii</sup> <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/foi-um-mal-entendido-oms-recua-na-rara-transmissao-porassintomaticos-12295713.html> <sup>xxiii</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2021/04/Site-Sorocabawebsite.png>

---

<sup>xxiv</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/04/16/verificamos-estudo-prefeitura-sorocabatratamento-precoco/>

<sup>xxv</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/04/16/verificamos-estudo-prefeitura-sorocabatratamento-precoco/>

<sup>xxvi</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/04/16/verificamos-estudo-prefeitura-sorocabatratamento-precoco/>

<sup>xxvii</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/o-nosso-financiamento/artigos/onossofinanciamento> <sup>xxviii</sup>

<https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/vacinas-contr-a-covid-19-sao-uma-perigosa-terapiagenetica-experimental>

<sup>xxix</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/vacinas-contr-a-covid-19-sao-uma-perigosa-terapiagenetica-experimental>

<sup>xxx</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/vacinas-contr-a-covid-19-sao-uma-perigosa-terapiagenetica-experimental>

<sup>xxxi</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/taxa-de-ocupacao-dos-hospitais-publicos-foi-menordurante-a-pandemia-do-que-em-2019> <sup>xxxii</sup> <https://www.sns.gov.pt/transparencia/>

<sup>xxxiii</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/taxa-de-ocupacao-dos-hospitais-publicos-foi-menordurante-a-pandemia-do-que-em-2019>

<sup>xxxiv</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/taxa-de-ocupacao-dos-hospitais-publicos-foi-menordurante-a-pandemia-do-que-em-2019>

<sup>xxxv</sup> <https://www.cnb.com/2020/12/14/cnbc-transcript-pfizer-chairman-and-ceo-albert-bourlaspeaks-with-cnbc-squawk-box-today.html>

<sup>xxxvi</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/diretor-da-pfizer-recusou-se-a-tomar-a-vacina-por-sersaudavel>

<sup>xxxvii</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/diretor-da-pfizer-recusou-se-a-tomar-a-vacina-por-sersaudavel>

<sup>xxxviii</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/pelo-menos-30-dos-vacinados-contr-a-covid-19morrerao-dentro-de-tres-meses>

<sup>xxxix</sup> <https://www.dn.pt/sociedade/na-coordenacao-se-calhar-a-farda-ajuda-diz-gouveia-e-melopara-mim-falhar-e-impensavel-13471034.html>

- <sup>xi</sup> <https://www.dn.pt/sociedade/na-coordenacao-se-calhar-a-farda-ajuda-diz-gouveia-e-melo-paramim-falhar-e-impensavel-13471034.html>
- <sup>xli</sup> <https://sicnoticias.pt/especiais/vacinar-portugal/2021-03-17-AstraZeneca.-Gouveia-e-Meloalerta-para-movimentos-antivacinas-7b018c9c>
- <sup>xlii</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/coordenador-do-plano-de-vacinacao-contra-a-covid-19disse-que-nao-tomara-a-vacina-por-ser-perigosa>
- <sup>xliii</sup> <https://tecnico.ulisboa.pt/pt/noticias/cientistas-do-tecnico-desenvolvem-novo-processo-deesterilizacao-de-equipamentos-de-protecao-individual/> <sup>xliv</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/as-zaragatoas-estao-contaminadas-com-quimicoextremamente-toxico-e-cancerigeno> <sup>xlv</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/as-zaragatoas-estao-contaminadas-com-quimicoextremamente-toxico-e-cancerigeno> <sup>xlvi</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/covid-19-em-portugal-20-das-vacinas-vao-para-o-lixodevido-a-falta-de-seringas-adequadas> <sup>xlvii</sup> <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/covid-19-em-portugal-20-das-vacinas-vao-para-o-lixodevido-a-falta-de-seringas-adequadas>